



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1675/12	DATA: 30/11/2012	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	INÍCIO: 11h06min	TÉRMINO: 13h51min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GRAZIELLA ROCHA - Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro.
MARISA DREYS - Inspetora Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária do Rio de Janeiro.
FERNANDO REIS - Diretor-Geral da Polícia Especializada do Rio de Janeiro — DGPE.
CHRISTIANE LOBATO - Delegada e Diretora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Pará.
MICHELLE GUERALDI - Representante do Projeto Trama.
TERESA BALTAZAR - Psicóloga do Núcleo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Sexual.

SUMÁRIO: Oitiva de convidados.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas!

Nós vamos dar início a nossa reunião da CPI do Tráfico de Pessoas, aprovada por deliberação da penúltima sessão da CPI para ser realizada aqui no Estado do Rio de Janeiro, na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Eu queria convidar, de imediato, para compor a nossa Mesa, o Deputado Luiz Couto, que é Vice-Presidente desta Comissão e que está aqui concluindo uma reunião de trabalho, e a Deputada Liliam Sá, que integra esta Comissão, esta CPI, e hoje é uma das nossas anfitriãs aqui no Rio de Janeiro.

Eu queria registrar a presença do Sr. Alexandre Werneck, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Sr. Ebenézer de Oliveira, Assessor Técnico do Núcleo do Tráfico de Pessoas, da Sra. Ana Carolina Matos Batista, estagiária de Serviço Social do Movimento de Mulheres de São Gonçalo, da Sra. Marisa Dreys, Inspetora e Chefe da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, da Dra. Graziella Rocha, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro, do Dr. Fernando Reis, Diretor-Geral da Polícia Especializada do Rio de Janeiro, que representa a Dra. Martha Mesquita da Rocha, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Eu quero agradecer a presença aos servidores e funcionários da Assembleia, aos assessores parlamentares, a nossa equipe de apoio da CPI, que também está aqui nos ajudando neste trabalho.

Declaro aberta, portanto, a 31ª reunião da CPI, que se destina a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas e consequências, no período de 2003 a 2011, compreendendo a vigência da Convenção de Palermo. A presente reunião destina-se à oitiva de vários convidados e convidadas.

Antes de passar a palavra e convidar os nossos expositores para a sua apresentação, peço atenção aos senhores para as normas estabelecidas no nosso Regimento que serão observadas nesta audiência pública, com a flexibilidade devida. Nós não vamos exigir as formalidades e os rigores do nosso Regimento. O tempo concedido aos nossos convidados será de no máximo 20 minutos, podendo ser prorrogáveis. Em seguida, será concedido aos Deputados o prazo de 3 minutos para as indagações e observações, facultando igual tempo para os convidados na réplica e na tréplica.



Eu queria convidar para compor a Mesa a Dra. Graziella Rocha, a Sra. Marisa, inspetora da Polícia Rodoviária Federal, e o Dr. Fernando Reis, que representa a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. (*Pausa prolongada.*)

Dando início aos trabalhos, vamos ouvir os nossos convidados que já estão aqui, o que é um dos objetivos da nossa CPI nessas oitavas e audiências que estamos realizando nas regiões do Brasil inteiro. Estivemos ontem em São Paulo, já estivemos em Goiânia, estamos hoje aqui no Rio, semana que vem, estaremos em Salvador e no Rio Grande do Sul e, no ano que vem, por conta do recesso parlamentar, nós vamos visitar outras regiões. Vamos visitar o Pará, o Amapá, o Amazonas, o Suriname e outros Estados da Federação onde as incidências, segundo as rotas dos relatórios, nos recomendam.

Eu quero dizer também que, nessas oitavas, além de ouvir as entidades da sociedade civil, proporcionar que denúncias possam ser trazidas à CPI, para que possamos ajudar a investigar esses graves e complexos crimes praticados com maior incidência no Brasil — a gente não tem muita consciência do crime de tráfico humano, de tráfico de pessoas —, o nosso objetivo é ouvir casos concretos.

Nós vamos tentar abreviar, dentro do possível, a nossa audiência, porque, logo em seguida, nós vamos ouvir pessoas, de forma reservada. Uma delas, inclusive, talvez esteja sendo ameaçada e corra algum risco. Temos que ter todo o cuidado para não expor essas pessoas ao agravamento da situação, que já é uma situação difícil.

Então, eu queria informar a todos o nosso roteiro e passar a palavra, sem maiores delongas, à Dra. Graziella Rocha, para fazer as suas considerações.

A SRA. GRAZIELLA ROCHA - Bom dia, senhoras e senhores!

Eu quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Sr. Deputado Arnaldo Jordy, Presidente desta CPI, e agradecer muito a presença da CPI aqui no Rio de Janeiro. Esse é um tema muito complexo, ainda muito nebuloso. Certamente, a CPI trará muitas contribuições, tanto para que a gente consiga conhecer melhor esse fenômeno e as suas reverberações no nosso País quanto para que a gente consiga avançar em questões tão delicadas como a persecução penal e a criminalização de quem se beneficia desse crime.

Aqui, eu falo em nome da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, do Secretário Antonio Claret, que não pôde comparecer. Eu falo



em nome dele e do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que faz parte da estrutura dessa Secretaria, e também no do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro que estou presidindo.

Eu vou começar a falar um pouco do trabalho do Núcleo e do que a gente tem aprendido com essa experiência do tráfico de pessoas. O Núcleo funciona dentro da estrutura da Secretaria desde 2008. Eu estou nele desde 2010, mais ou menos, primeiro, como assessora e, depois, como coordenadora. Nesse tempo, nós atendemos 12 casos suspeitos de tráfico de pessoas. Desses, somente dois foram confirmados e viraram inquérito policial e denúncia do Ministério Público que hoje estão sendo investigados. A gente, nesse tempo no Núcleo, tem aprendido muito com essa questão, principalmente as fragilidades da Rede. Então, quando me dizem: *“Há poucos casos de tráfico de pessoas no Rio de Janeiro. Você me diz que há dois confirmados. Isso é muito pouco”*. Eu respondo: *“Eu não sei dizer se realmente são esses os casos que são poucos ou se a gente não conhece realmente o que existe no nosso Estado, por conta da desarticulação da Rede”*.

Pensando nessa articulação da Rede e na estruturação de uma política pública estadual, seguindo as diretrizes do Governo Federal, nós construímos, no início deste ano, o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do qual a Secretaria está com a Presidência e o Movimento Move Rio com a Vice-Presidência. Esse Comitê é um órgão de representatividade das três esferas do Poder. Nós temos representação tanto da estrutura do Governo do Estado quanto do Governo Federal — com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Defensoria Pública da União — e da Prefeitura do Rio, por meio da Guarda Municipal, que tem um posto avançado de atendimento ao migrante no aeroporto, o qual hoje é o maior receptor de supostos casos e de casos de tráfico de pessoas que existe aqui no Rio de Janeiro.

O Comitê, este ano, fez cinco reuniões que foram muito proveitosas e, para o ano que vem, a gente já planejou que iremos construir o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas aqui do Rio de Janeiro, esperando as diretrizes do Plano Estadual do Governo Federal. Uma grande contribuição que a gente percebe, aqui do Rio de Janeiro, é que a maioria dos casos, ao contrário do que aparece, na realidade, é de tráfico interno para fins de trabalho escravo, especialmente nas áreas rurais, Campos dos Goytacazes, a questão da



cana-de-açúcar. O Rio de Janeiro teve um grande centro dessa situação. Em 2009, o Rio de Janeiro foi o Estado que bateu recordes de libertação de trabalho escravo. Isso foi uma surpresa para todos, mas, de lá para cá, a situação deu uma mudada, realmente melhorou bastante, tanto é que agora, este ano, salvo engano, os dados têm que ser confirmados com o Ministério do Trabalho, mas nós não temos mais de dez casos de libertação de trabalho escravo aqui no Estado.

Das outras modalidades de tráfico de pessoas, a gente já encontrou situações que não chegaram a concretizar a exploração de pessoas que vêm para o Rio de Janeiro com proposta de trabalho que encontram na Internet para trabalhar em diversas atividades — secretariado executivo, por exemplo — e quando chegam aqui a realidade é outra.

O que a gente percebe muito da realidade do Rio de Janeiro é que a gente, hoje, tem um Estado com muita visibilidade, até por conta dos grandes eventos que estão ocorrendo, dos grandes empreendimentos que estão acontecendo no Estado. O Rio de Janeiro acaba atraindo muito o interesse das pessoas, até do próprio País, em busca de emprego, e essas pessoas se tornam muito vulneráveis e aceitam qualquer situação. Pode ser que o Rio de Janeiro se torne um grande polo de exploração. Também há alguns casos em que o Rio de Janeiro aparece apenas como ponto de passagem. Por conta do aeroporto internacional, as pessoas apenas fazem escalas no Estado para irem para outros Estados do País.

O caso mais emblemático que nós recebemos no Núcleo, e que nós participamos — ele até foi relatado na CPI do Senado —, é um caso de um guatemalteco, que veio aqui para o Estado, com a proposta de trabalhar numa localidade na Zona Sul do Rio de Janeiro, em um hotel em construção ainda. Quando ele chegou aqui, entrou num processo conhecido como “servidão por dívida”, no qual teria que pagar todas as suas despesas de alimentação, hospedagem, pelo tempo que permanecesse. Ele teve retenção dos seus documentos. Por intermédio de um Centro de Referência de Assistência Social, o Núcleo pôde incidir no caso. Nós participamos junto com a Polícia Civil na libertação dele. Hoje, o inquérito está acontecendo, mas já se passaram quase 2 anos e ainda não houve a persecução criminal desses perpetradores.

Foi um caso muito emblemático também para o nosso País, que foi o primeiro caso de visto concedido para uma vítima de tráfico de pessoas, porque ele era



migrante, não estava legal no País, e o Núcleo conseguiu atuar para que ele conseguisse o seu visto de permanência. Hoje, ele está permanente no Brasil, já trabalhando, já seguindo a vida dele.

O que a gente aprende muito quando os casos chegam? Graças a Deus, que ainda são poucos. Mas cada caso que chega, que o Núcleo tem que trabalhar, a gente vai vendo as dificuldades da Rede, principalmente a dificuldade de identificação e sensibilização dos atores para os casos, porque principalmente quando envolvem mulheres, travestis, é muito complexa essa situação, a identificação, a credibilidade, principalmente, o que diz o Protocolo de Palermo. Que o consentimento da vítima é irrelevante. Isso é uma coisa que a gente tem que puxar muito e trazer muito essa sensibilização para os atores da Rede, que trabalha principalmente com o enfrentamento, porque, muitas vezes, a gente vê situações de criminalização da própria vítima. Principalmente quando são mulheres e prostitutas, dizem: *“Ah, mas elas sabiam o que estavam fazendo”*. Não identificam que possa haver ali uma situação de exploração que degrada realmente a situação daquele ser humano, que humilha, e o envolvimento de redes perigosas de tráfico de pessoas ali naquela situação.

A gente, no Comitê, já identificou que existe uma fragilidade de dados de todo o Estado. A gente vai começar a fazer um levantamento, agora, para saber das instituições o que existe de dados. Mas a gente entende que é preciso incidir, não ficar muito preso ao quantitativo, mas ao qualitativo, entender que esse crime só será realmente vencido se a gente trabalhar muito bem nos três eixos, que são a repressão, a prevenção e a assistência às vítimas.

Com relação à assistência às vítimas, que é o que eu incido mais basicamente, um ponto muito vulnerável que a gente entende ainda é a ausência de casas de passagem para os migrantes e para atender a essas pessoas que muitas vezes chegam de outros países ou outras situações assim. A gente não tem ainda, no Rio de Janeiro, equipamentos especializados nessa situação, para que a gente possa articular com consulados ou com outros órgãos para, por exemplo, um imigrante que não fale a nossa língua ou que fale uma língua pouco conhecida, a fim de que a gente possa fazer um atendimento mais especializado. Então, essa é uma grande fragilidade da Rede. E a questão dos dados mesmo para a gente é ainda muito complexo, mas a gente já está fazendo esse levantamento.



Eu não sei se continuo falando ou se já vão fazer perguntas. Eu fiz uma explanação geral.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GRAZIELLA ROCHA - Quanto tempo eu ainda tenho? *(Pausa.)*

Eu vou encerrar a minha fala. Desculpa se fui muito rápida, mas acho que o mais bacana é a troca, é responder as perguntas.

O Núcleo funciona no prédio da Central do Brasil. Quem precisar de alguma orientação em relação ao tráfico de pessoas, a gente trabalha muito na capacitação também, na sensibilização. Quem quiser, procure-nos no 6º andar da Central do Brasil. O nosso telefone é 2334-5540. Estamos à disposição de toda a sociedade fluminense para contribuir no que for possível.

Agradeço e estou aberta às perguntas da plenária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado pelas considerações, Dra. Graziella.

Eu queria, se a Deputada Liliam e o Deputado Luiz Couto concordarem, sugerir que ouçamos logo os demais convidados. As pessoas podem anotar as provocações, as indagações, as perguntas e depois a gente volta. Acho que assim fica um pouco mais dinâmico e enriquece um pouco mais o nosso processo de debate.

Queria registrar aqui a presença da Sra. Leila Tavares, Chefe de Gabinete da Deputada Inês Pandeló, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A Deputada, inclusive, encaminha a esta CPI a transcrição, na íntegra, da audiência pública, realizada pela Comissão, em setembro. A audiência pública foi sobre a exploração sexual e o tráfico de mulheres, realizada aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no dia 23 de setembro de 2011.

Nós queríamos agradecer a atenção à Deputada Inês Pandeló. Vamos tentar encaminhar, ou ajudar a encaminhar, todas as questões pertinentes contidas no relatório. Podem contar com a ajuda da nossa CPI no sentido de esclarecer os fatos, fortalecer essa luta e essa Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes. Sabemos que a maior incidência no que diz respeito ao tráfico de pessoas é a exploração sexual.



Eu queria agora passar a palavra à Dra. Marisa Dreys, que é Inspetora da Polícia Rodoviária Federal e Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta instituição. A senhora dispõe de 20 minutos, doutora.

A SRA. MARISA DREYS - Bom dia a todos! Bom dia Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da Comissão, em nome de quem cumprimento todos os demais! Bom dia, plenária!

A Polícia Rodoviária Federal vem trabalhando há algum tempo no tipo de crime que há pouco tempo apareceu, o do tráfico de pessoas.

Inicialmente, não é possível trabalhar tráfico de pessoas — que, na verdade, é um crime que vai diretamente contra os direitos fundamentais da pessoa humana — sem que direitos humanos sejam vistos de forma mais abrangente. Por quê? Para que os policiais, que são efetivamente as pessoas que, em primeiro lugar, veem esse crime acontecendo, tenham a sensibilidade e percebam indícios do cometimento desse crime.

Então, eu vou trazer algumas das providências que a Polícia Rodoviária Federal vem tomando ao longo destes 10 anos. Não se preocupem, não vou falar sobre os 10 anos, senão 20 minutos não seriam suficientes, mas sobre os últimos 3 anos.

Nós já estamos trabalhando a matéria Direitos Humanos na grade curricular de formação dos policiais, abordando esses pontos com, pelo menos, quatro aulas direcionadas a esse crime — o tráfico de seres humanos — e também à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Uma das nossas principais providências foi o Projeto Mapear. O que é o Projeto Mapear? É exatamente o que o nome diz: fazer um mapeamento que diagnostica, em toda a malha rodoviária federal, os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Por que é importante fazer isso? Como nós vamos combater uma ação criminosa sem saber onde ela acontece? Então, uma das nossas principais ações é o mapeamento dos pontos vulneráveis, para que a gente possa fazer ações preventivas e repressivas, buscando um subsídio das políticas públicas nessa esfera.

O que é vulnerável? Como se apontou a vulnerabilidade desses pontos? Inicialmente, foi feita uma pesquisa. Com quem? Com os caminhoneiros, que são



basicamente os usuários desse serviço. “*Puxa, mas chamar de serviço!*” Infelizmente é, porque existe um mercado que consome esse tipo de sexo, no caso de a gente falar de tráfico de seres humanos com o objetivo de exploração sexual de crianças e adolescentes. A exploração sexual e o tráfico muitas vezes se encontram geograficamente no mesmo lugar.

Enfim, foi feita uma pesquisa com esses caminhoneiros, eles apontaram diversos pontos nas rodovias ou próximos às rodovias, e esses pontos foram checados pelos policiais. Após essa checagem, eles foram submetidos a uma consultoria específica que atribuiu um peso a cada um desses indicadores — só para entenderem como foi feito.

O que poderia tornar um ponto com uma característica de vulnerabilidade? Bom, alguns dos indicadores, claro, têm pesos diferentes. Então: se nesse local existe o consumo de álcool ou denúncia de outras drogas; como é a iluminação desse local; se existe nesse local um grande trânsito de crianças; se é perto de escola, se são comunidades economicamente desassistidas. Enfim, a cada um desses indicadores foi dado um peso, e, assim, nós fizemos o mapeamento.

O mapeamento está disponível na Internet, já existem várias publicações, e nós estamos aguardando a chegada desse mapeamento impresso aqui, para distribuí-lo a todos.

Outra vertente que a Polícia Rodoviária Federal aborda e trabalha bastante é o enfrentamento do trabalho análogo ao de escravo e ao trabalho infantil irregular. Por quê? Como foi citado inicialmente pela Dra. Graziella, o Rio de Janeiro, especificamente, tem como característica maior o tráfico de pessoas para o trabalho análogo ao de escravo.

É importante que a Rede seja muito forte nesse sentido, porque tanto nós policiais rodoviários quanto qualquer outra polícia ostensiva não temos meios de prender alguém ou de fazer o enquadramento com o transporte. É claro que o transporte é parte que constrói o tipo penal, mas só o transporte... Antes que esse crime se consuma plenamente, nós não temos como agir, no momento, na prisão.

Qual é a forma de ação que a gente tem? É a comunicação, o acompanhamento com outras instituições. Então, para isso, é preciso que essa Rede seja forte, seja presente, seja envolvente, para que não haja qualquer



possibilidade de esse agenciador ou de essas pessoas acabarem submetidas a um trabalho assemelhado a escravo.

Quais os resultados do trabalho da Polícia Rodoviária Federal? Bom, somente no ano de 2012, até o final do mês de outubro, quando eu consegui esses números — novembro ainda não fechou —, foram mais de 230 trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo e mais de 350 crianças e adolescentes retiradas de situação de risco e vulnerabilidade. Não foi só no Rio de Janeiro. Isso é no Brasil todo.

Como a Polícia Rodoviária trabalha nesse sentido? Bom, nós temos parcerias multissetoriais que envolvem a Secretaria Nacional de Justiça, que coordena as ações de tráfico nos núcleos de postos humanizados, uma aproximação muito grande com o Ministério Público do Trabalho, com o Ministério do Trabalho e Emprego, com os grupos móveis. Então, muitas vezes, esses parceiros têm notícia de uma situação de exploração e contam conosco para ir até esse lugar como força policial para fazer a retirada desses trabalhadores de uma maneira segura e, acima de tudo, humana. É esse sentimento que precisa orientar todas as ações de polícia. Um grande parceiro que nós temos é a ONG Childhood do Brasil — que nos ajudou com a metodologia do mapeamento; conseguiram encontrar a consultoria específica para que a gente tivesse esses indicadores de maneira científica —, o Projeto Siga Bem Caminhoneiro, entre outros.

Então, a gente produz bastante material educativo, além de fazer palestras em várias empresas.

Que material educativo é esse? Será que são só livros ou panfletos também? Não, nem sempre. Muitas vezes, em rodovia, em situação de trânsito, é preciso a mensagem imagética. Como é isso? Nós mandamos fazer alguns cartazes junto com o Ministério Público do Trabalho em que aparecia o explorador não como um lobo mau, um homem feio, porque não é ele. A gente sabe que a exploração sexual, que muitas vezes vem junto com o tráfico de seres humanos, acontece com consumidores, desse tipo de sexo, normais, assustadoramente normais, como diria Hannah Arendt.

Além desses, há outros cartazes do Disque 100, a fixação desses cartazes nos postos de gasolina. Há também pequenas palestras nas quais os nossos policiais vão até os frentistas e conversam com eles. Isso tem sido muito bom, a



gente chama de “papo de homem para homem” e tem tido um resultado muito positivo. Enfim, essa aproximação com a sociedade é função da Polícia e é um dos marcos fundamentais para que se possa trabalhar no enfrentamento a esse crime.

Como uma das ações — vou mostrar para a plenária, não sei se todos vão conseguir ver, é claro que não —, há um cartãozinho que orienta os nossos policiais a perceberem indicativos do tráfico de seres humanos. Como é isso? São perguntas que esses policiais podem fazer a quem eles acham que pode ser traficado. Há algumas sugestões de perguntas para fazer a essas pessoas. De acordo com as respostas, eles podem ter um indicativo de que, sim, está para acontecer ou está acontecendo um crime de tráfico e passam essa informação aos demais da Rede. Por exemplo, observar se a vítima está privada de alimento, de sono. São observações importantes, e o policial tem que ser ensinado a fazer isso, porque é mais uma das vertentes do nosso trabalho e é uma novidade.

Nem nós da Polícia Rodoviária nem a sociedade em geral estamos acostumados a olhar para o outro de maneira crítica no que diz respeito aos valores humanos. Então, é preciso que essa rede esteja muito azeitada, mas que, principalmente, quem estiver na ponta passe a olhar para a sociedade e para os fatos que o cercam de maneira mais crítica. Ou seja, o que está acontecendo? Será que os valores básicos das pessoas estão sendo respeitados?

Hoje de manhã, nós tivemos oportunidade de ver uma reportagem sobre um líder da indústria da construção civil, em que o Ministério Público estava fazendo uma verificação, e ele disse assim: *“Não, nós não estamos buscando conforto para esses operários, mas condições mínimas de vida ou de trabalho”*.

Bem, pessoal, eu acho que nem a pessoa que estava demandando o direito tinha a consciência de que todo mundo tem direito a uma condição de conforto, sim, para poder trabalhar bem, para viver com dignidade.

Então, acho que parte desse enfrentamento é também uma quebra de paradigma na forma de se olhar a sociedade, na forma de se olhar as pessoas que estão a nossa volta e a grande massa trabalhadora que toca o nosso País para frente.

A Polícia Rodoviária vem se dedicando e conta com o apoio de toda a rede de enfrentamento. Nós estamos muito felizes por participar, por ter acesso a esta CPI e



também a novos horizontes que estão se abrindo neste momento, para que a gente possa trabalhar de maneira mais dedicada e técnica nesse assunto tão importante.

Estou aqui em nome da Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, representando o inspetor Antônio Vital de Moraes Júnior, que é o nosso Superintendente.

Assim, encerramos aqui a nossa participação, pelo menos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - MUITÍSSIMO obrigado, Dra. Marisa Dreys, pela experiência.

Só uma pergunta: esse cartão é nacional ou isso é uma iniciativa aqui...

A SRA. MARISA DREYS - Esse cartão é nacional e ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É nacional. Então, toda Polícia Rodoviária opera...

A SRA. MARISA DREYS - Todos os policiais, individualmente, receberam esse cartão e foram treinados para a leitura e as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado pelas considerações.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Reis, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que representa aqui a Dra. Martha Mesquita da Rocha, que é a Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Obrigado pela presença.

O SR. FERNANDO REIS - Em nome da Dra. Martha Rocha, Chefe da Polícia Civil, agradecemos a oportunidade de ter este contato com formadores de opinião num tema que já foi lembrado.

A gente tem que aproveitar este momento que a Glória Perez traz à luz o debate, porque a questão do tráfico de pessoas, ao contrário da exploração sexual de menores, ainda não ganhou a rua. Esse é o grande problema. Parece um tema muito distante do nosso dia a dia. E a gente, diante de tantos desafios diários, tende a sublimar determinados problemas, já que, diariamente, a gente tem tantos desafios, tem tantos problemas para resolver. De certa forma, a gente, instintivamente, até torce para que não surja mais um desafio, mais um problema. E é exatamente nesse vácuo que se multiplicam essas oportunidades para esses grupos criminosos.

A Graziella, permita-me chamá-la de Graziella, colocou uma questão muito interessante. De modo geral, as pessoas falam: *“Bom, já que ela quis se prostituir,*



então que arque com as consequências". A grande questão é a seguinte: se a opção de vida dessa mulher de 18 anos ou mais foi se prostituir, o que ela está combinando, acertando com o explorador, com o negociante é: "Eu vou fazer o meu trabalho e quero que você pague por isso".

Como a prostituição efetivamente não é crime, inclusive o Ministério da Previdência reconhece a atividade e protege a atividade, é este o contrato que tem de ser feito. Se ela se colocou na condição de prostituta e diz que prestará o serviço de prostituta, quem a contratou tem que pagar por isso. Não justifica, pelo fato de ela ser prostituta, ela merecer um tratamento indigno, covarde, violento. Ela estava prestando os serviços dela. Se há alguém para pagar, que pague. A gente não pode fechar os olhos e concordar com o comportamento violento de quem está nesse mercado. É fundamental ser bastante colocado, porque, infelizmente, isso acaba legitimando certo afastamento das pessoas dessa discussão.

Especificamente sobre o tema que nos traz hoje aqui, eu cheguei a conversar com a Deputada Liliam Sá, seria interessante convidar a Polícia Federal, porque, na verdade, como a repercussão desse crime se dá de forma interestadual e até internacional, essa atribuição constitucional é da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal que têm uma possibilidade física muito interessante de atuar na repressão e identificação desses crimes. Como disse a nossa inspetora, a Marisa, é tudo uma questão de azeitar a Rede. Eu disse no início que como o tema não é cotidiano, não está presente nas nossas preocupações, nós vamos esquecendo, e essa Rede acaba enferrujando e não ganhando a agilidade que deveria. Se há um motivo que justifica, Deputado Arnaldo Jordy, se há um fator que já justifica esse encontro, é exatamente este: dar conta da necessidade de essa Rede efetivamente fluir.

Se a gente tivesse aqui a possibilidade de passar alguns filmes, algumas imagens dos locais em que essas crianças e esses adolescentes e até mulheres adultas são encontrados, nessas arapucas, especialmente em beira de estrada — a Marisa sabe muito bem disso —, talvez, pela imagem, as pessoas se sensibilizariam mais. A gente tem sempre uma visão muito glamourosa da história da prostituição, até porque, quando aparece, normalmente nas novelas e nos filmes, no mais das vezes a prostituta é uma mulher muito bonita, muito bem vestida, uma mulher forte



— geralmente é assim —, tem um bom carro e, não raro, servindo de modelo para muitas adolescentes. Aliás, a vida pública brasileira hoje...

Outro tema que eu conversava com a Deputada Liliam Sá era exatamente esse. Eu estou com 49 anos. Eu sou de uma época em que as adolescentes batalhavam para ir para o instituto de educação, para fazer concursos públicos, para serem secretárias bilíngues e tal. A verdade é que hoje, sem obviamente generalizar, há um volume assustador de meninas adolescentes que têm como objetivo, têm como modelo — eu não vou falar “bailarinas”, porque seria uma ofensa às dançarinas que efetivamente estudam — “figuras públicas”. Sem nenhum moralismo. Pelo amor de Deus, a questão não é essa. Acho que a mulher brasileira é linda, é sensual, e faz parte da moral brasileira essa postura. Agora, quando a vulgaridade serve de modelo para essa jovem ganhar uma viagem para os Estados Unidos, ser premiada porque rebolou mais bonito do que a outra e fez um *strip-tease* mais bacana do que a outra em rede nacional de televisão, parece-me que se está valorizando de forma, eu diria, até perigosa, o que não deveria ser modelo de sucesso para nenhum ser humano, especialmente para uma adolescente.

Ficamos meio atordoados quando vemos uma menina de 21 anos, apoiada pela mãe, ser objeto de leilão internacional para vender a virgindade. E a mãe ainda, de alguma maneira, acentua a “coragem”, entre aspas, da filha, dizendo que a filha é uma leitora de grandes filósofos. E aí eu fico imaginando se é esse o modelo que queremos para as nossas adolescentes. Quero enfatizar mais uma vez: não tem nenhum discurso moralista aqui, não. A grande questão é que determinados comportamentos na adolescência impõem consequências de ordem prática na vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Definitivas.

O SR. FERNANDO REIS - Definitivas, o que Deputado Arnaldo Jordy está nos dizendo aqui.

Eu fui delegado da DPCA — da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, e tínhamos oportunidade de sempre interagir com assistentes sociais, com pessoal qualificado dessa área. E, historicamente, a mulher é muito mais romântica do que o homem. Então, uma das maiores perdas da menina, quando ela se joga ainda muito jovem, adolescente, numa exposição pública, num jogo de sedução — eu diria até de erotização, não de sedução —, um pouco antes do que normalmente deveria ser interessante, a primeira questão — nós somos homens e



nós sabemos disso: *“Ela é ótima para a gente transar, mas para ser a namorada, não”*. Então, uma consequência de ordem prática na adolescência é exatamente isso: o homem é machista, sim, e aquela menina e adolescente — todos os sentimentos da adolescência são muito mais agudos —, aquela menina se apaixona por um menino, esse menino não vai bancar aquela menina exatamente por aquele comportamento, entre aspas, um pouco mais “solto”. Ou seja, é aquela velha história: qualquer atitude que a gente tome tem uma consequência de ordem prática, seja na área profissional, seja na área pessoal. E a gente entender que é absolutamente simples uma menina de 21 anos leiloar a sua própria virgindade, e as pessoas, hipocritamente — eu diria hipocritamente —, veem isso como algo natural, eu acho um sinal extremamente perigoso. Eu não tenho a menor dúvida de que esse tipo de comportamento, esse tipo de ambiente, ele só favorece essa atividade criminal que a gente está discutindo hoje aqui, que tem como decorrência, como já foi dito por vários, a exploração sexual principalmente de menores. Eu acho que, a partir do momento em que se entendeu que a prostituição não é crime — e é verdade, e eu concordo com isso —, a partir do momento que houve um contrato entre a prostituta e o dono do espaço onde ela vai exercer a atividade dela, a partir do momento em que os dois combinaram e atuaram dentro das normas do contrato, eu entendo que isso é um problema desses dois adultos. Quando você envolve nesse ambiente uma adolescente, uma criança, um adolescente, o poder público tem que entrar para evitar e reprimir essa conduta. E quanto mais a gente acha normal determinados comportamentos que infelizmente estão publicizados a qualquer momento, mais inconscientemente a gente favorece essas atividades criminosas.

Por parte da Polícia Civil, a gente tem uma estrutura bastante interessante. O volume de prisões, para vocês terem ideia, é muito grande, é absurdo. Casas de exploração são fechadas. A maior de Niterói foi fechada na semana passada. Eram mais de 50 prostitutas. Até aí tudo bem. Esse não é foco. Só que dentre as cinquenta e poucas prostitutas havia sete menores. Esse é o problema. E o que decorre disso? Das três menores, duas estavam com carteira de identidade adulterada, passando-se por maiores. Certamente, algum maior forneceu àquelas menores essas carteiras falsificadas. Então, na verdade, você acaba entrando num emaranhado de crimes que só favorecem, só multiplicam esse tipo de situação. Ou



seja, expõe ainda mais essa menina. Não são raros os casos de tráfico de droga envolvido com a exploração da prostituição. A menina acaba ficando dependente daquele circuito. Em algum momento, ela tem que se servir ou servir os seus patrões como a famosa “mula”, que vocês já devem ter ouvido falar.

Nós fizemos recentemente — aliás, isso é do nosso dia a dia —, pela Delegacia do Consumidor, uma ação que resultou no fechamento, na interdição de uma chamada agência de modelos. Então, é outra questão que está muito longe também do nosso olhar cotidiano. A gente vê vários e vários chamados nas revistas, nos jornais, convocando as meninas para fazerem testes, para serem modelos. No mais das vezes, os vizinhos sabem, os próprios pais sabem que a menina está indo para fazer o tal teste e simplesmente sequer se dão ao trabalho de acompanhar essas meninas para saber se efetivamente aquilo ali é uma agência de modelo, se a proposta é uma proposta efetiva de trabalho.

A gente percebe que tudo o que a gente está falando aqui acaba numa mesma necessidade, a necessidade de dar visibilidade a esse circuito. Na medida em que a gente finge que esses problemas não acontecem ou, de alguma maneira, a gente não quer somar aos vários problemas diários mais esse, seremos sempre o maior combustível para esse tipo de atividade.

Para finalizar, quero deixar um apelo a pais, ou seja, a quem está aqui na verdade. Embora o número possa parecer pequeno, são pessoas que certamente vão multiplicar as informações que receberam aqui. Está para sair uma matéria, Deputado Arnaldo Jordy, e queria até a atenção especial de vocês para esse tema. Eu vou encaminhar para vocês essa matéria. Se não sair no domingo agora, antes de sair, eu já vou encaminhar para vocês, porque esse tema está causando uma preocupação enorme na Polícia Civil, ou seja, na área de segurança, porque é um crime invisível. As pessoas de modo geral nunca ouviram falar disso.

O que está acontecendo de forma assustadora e numa dimensão muito maior do que a gente imaginava? Nós temos a Delegacia de Repressão de Crime de Informática, a DRCI. A atividade dessa Delegacia é monitorar redes sociais que tenham alguma possibilidade de prática de crime, seja tráfico de pessoas, seja tráfico de drogas e por aí vai. Surgiu uma modalidade que é assustadora, na medida em que o volume é enorme, e muito recentemente a gente percebeu que é uma prática extremamente comum no meio virtual. O pedófilo, no mais das vezes um



homem aí de 25 a 30 anos — há casos de mais de idade, mas os que a gente tem identificado estão nessa faixa de 25 a 30 anos —, se passa por meninos de 13 a 14 anos e, após identificar o perfil da vítima, que normalmente são meninas de 12, 13, 14 anos, ganha a confiança dessa menina, em alguns episódios manda imagens de outros meninos, se passando por eles, obviamente, para seduzir aquela menina. A menina, de 13, 14 anos, conhecendo, tendo a experimentação da vida sexual, aquela coisa toda, se deixa seduzir como qualquer ser humano da idade — e é do jogo. Umás são mais recatadas, têm mais a atenção dos pais, outras nem tanto, e acabam fazendo o que seria um inocente jogo sexual ali, tirando a blusa, tirando o sutiã. No momento em que esse sujeito consegue uma imagem mais picante da menina, ele a obriga a poses eróticas, a ficar nua, e simplesmente fazer o que ele quiser via web. Se ela não fizer, a ameaça é a seguinte: *“Se você não fizer, vou botar essa imagem de você sem o sutiã na tua escola, vou botar na tua rede social, vou espalhar, vou te detonar na rede”*.

Nós temos o caso de uma menina de 13 anos que já estava escrevendo, e daí a nossa preocupação, ela já estava escrevendo um bilhete para os pais num tom de suicídio. Essa menina ficou tão desesperada que ela ficou 30 dias sem ir ao colégio, se trancou dentro de casa. Felizmente, nós conseguimos identificar esse canalha, me perdoem o termo, de 23 anos, morador de Copacabana. Quando ele percebeu que nós o identificamos, ele fugiu para a Califórnia. Então, estamos tentando gestões junto à INTERPOL. Já pedimos a prisão dele e estamos aguardando a decisão judicial.

Então, para terminar a minha fala, acho que até me estendi além dos 20 minutos, eu pediria a vocês que formassem uma rede, multiplicassem essa preocupação nossa, para que os pais minimamente buscassem saber que tipo de contato suas filhas e filhos estão mantendo com estranhos via Internet.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Fernando, pelas suas informações, pelos seus esclarecimentos.

Esse tipo de envolvimento, diria até mesmo de chantagem por meio das mídias sociais, já está se reproduzindo há algum tempo. Infelizmente, uma das maiores dificuldades que temos para fazer o monitoramento disso é a legislação



absolutamente vulnerável a este império do *Google*, do *Youtube* e de outras instituições.

Felizmente, hoje já se inicia um movimento no Congresso americano no sentido de impor uma legislação mais restritiva a essa abertura, a essa franquia. Lamentavelmente, quando se aborda esse tipo de tema, alguns enveredam para uma conotação de censura, o que não é verdade. Nós não podemos confundir a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, que são absolutamente irrevogáveis e naturais em um ambiente de Estado democrático de direito com ações criminosas, que podem ser pontualmente inibidas por conta de um monitoramento um pouco mais sólido, que, lamentavelmente, tanto o *Google*, como o *Youtube* e outros provedores e empresas não conseguem compreender.

Isso é objeto nosso na CPI e no Congresso Nacional. Já tive oportunidade de conversar, na última audiência, com o Presidente Marco Maia. Acho que o Congresso Nacional deveria se envolver mais com o assunto na representação dos Deputados da bancada do Congresso Nacional. Tanto os republicanos quanto os democratas já encontraram um ponto de convergência entre si. Essa é a notícia mais recente que temos — da semana passada — de que é quase inevitável que o Congresso americano aperte um pouco mais, no sentido de restringir e permitir uma legislação que nos possibilite limitar esse tipo de movimentação.

No Brasil hoje são mais de 1,5 mil páginas identificadas pela Polícia Federal e por outros órgãos, especificamente, motivadas por esse tipo de aliciamento e de rede criminosa na Internet. Realmente é um problema grave, com o qual nós precisamos nos preocupar cada vez mais.

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra a Sra. Michelle Guerardi — não sei se a pronúncia está certa — do Projeto Trama, que lida com tráfico de pessoas. Ela é uma das convidadas de nossa audiência e dispõe de 15 a 20 minutos para fazer suas considerações.

Obrigada pela presença.

A SRA. MICHELLE GUERALDI - Bom dia.

Meu nome é Michelle Guerardi, sou advogada e colaboro com o Projeto Trama, que é um consórcio de Organizações não Governamentais, sediadas no Rio de Janeiro, e também um consórcio com o Centro de Estudos de Direitos Humanos



da UNIGRANRIO. O Projeto foi criado em 2003 e em 2004 e é totalmente dedicado ao enfrentamento do tráfico de pessoas.

Recentemente, publiquei uma pesquisa que realizei com o Dr. Gélson Dias, que é advogado em Brasília, sobre o tráfico de pessoas, e o Projeto Trama prestou bastante apoio ao desenvolvimento desta pesquisa. Muitos dados, inclusive, foram reunidos durante esse trabalho desenvolvido por tantos anos pelo Projeto Trama.

Minhas palavras serão breves. Nós gostaríamos de reafirmar a importância do enfrentamento do tráfico de pessoas, sobretudo nos dias de hoje. A primeira pesquisa, no campo das Organizações não Governamentais, o CEAP, que é o Centro de Articulações de Populações Marginalizadas, realizou, em 1994 — eu trabalhava lá — realizou uma primeira pesquisa, uma primeira campanha pública, no caso, que era o tráfico de mulheres negras, mulheres afrodescendentes brasileiras.

Essa luta, muito embora seja bastante difícil de se empreender, pelas resistências que se encontram naturalmente nessa rota do enfrentamento, é uma questão antiga, uma questão que vem e é atual ao mesmo tempo.

Eu só gostaria de acrescentar uma reflexão que é importante para nós e que a gente vem aprendendo muito nesses quase 10 anos de luta no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Cada vez mais o tráfico de pessoas se associa à incrementação dos fluxos migratórios. Ou seja, hoje a intensificação de fluxos migratórios é amplamente conhecida no mundo inteiro, é uma questão atual. Talvez as violações aos direitos do migrante sejam hoje, vamos dizer assim, uma questão, uma preocupação até global, universal, tanto que foi criado na ONU um comitê especial para o monitoramento da convenção internacional sobre os direitos do trabalhador migrante e suas famílias. Foi um dos últimos comitês criados no Sistema Universal de Proteção aos Direitos Humanos. Então, uma das grandes violações, das mais flagrantes violações aos direitos humanos do migrante é esse padrão tráfico de pessoas. O tráfico de pessoas claro que também é um crime percebido na legislação penal de vários países, ele também é um crime internacional, um crime transnacional, mas, ao mesmo tempo, ele também pode e deve ser visto como um padrão mundial de violação aos direitos humanos que afeta pessoas de toda nacionalidade.

Então, nós fazemos questão realmente de trazer essa visão, essa perspectiva de que tráfico não é só um crime, de que o tráfico ele também é um crime, mas,



sobretudo, uma violação universal aos direitos da pessoa e uma violação aos direitos do trabalhador migrante. Quer dizer, quem é a vítima do tráfico? É o trabalhador migrante. E essa é uma questão muito importante que talvez seja uma perspectiva, uma visão, uma ótica importante de ser empreendida.

Por quê? Quando você abre um pouco, reconhece nessa pessoa que é vítima de tráfico a identidade de trabalhadora que ela é, ainda que ela trabalhe no mercado sexual, que é um mercado tão marginalizado, mas que é um mercado de trabalho, quando você reconhece essa identidade de trabalhador, de trabalhador migrante a essa pessoa, independente do ramo em que ele empreenda sua atividade laboral, você consegue, aí sim, elevar essa pessoa a uma categoria onde ela possa ser visível e onde ela possa ser protegida. Ou seja, a luta de enfrentamento ao tráfico de pessoas envolve não só uma perspectiva repressiva, mas uma perspectiva protetiva e uma perspectiva preventiva.

Então, é importante que se desenvolvam linhas, como está escrito na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que consigamos aprimorar mais as outras linhas, não só repressiva, mas a linha de proteção e a linha de prevenção ao tráfico de pessoas, sempre entendendo que são importantes, primeiro, a descriminalização do trabalhador que atua do mercado sexual e o reconhecimento da vítima de tráfico como trabalhador migrante.

Então, era isso mais ou menos que eu gostaria de trazer.

Gostaria de agradecer pelo convite ao Projeto Trama e também parabenizá-los pela iniciativa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sra. Michelle, pelas suas considerações.

Eu queria conceder a palavra à Sra. Teresa Baltazar, que queria fazer algumas considerações, Psicóloga do Núcleo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Sexual.

Eu pediria à senhora que usasse o microfone aqui, porque esta reunião está sendo registrada e para nós é importante, depois, para o acervo da CPI, se a senhora não se importar.

Obrigado.



A SRA. TERESA BALTAZAR - Bom dia!

Eu sou psicóloga do Núcleo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Sexual de São Gonçalo. A gente trabalha há mais de 6 anos na rede de São Gonçalo, com a promotoria da infância e da juventude, o juizado e as delegacias. É um projeto do Movimento de Mulheres de São Gonçalo.

De um tempo para cá, mais ou menos uns 3 anos, a gente vê um mercado de adolescentes, de meninas, entrando, não só na rede de exploração sexual, mas em circuito de tráfico de pessoas. A gente sabe que, tanto em São Gonçalo, quanto em Niterói, quanto em Itaboraí, a rede de exploração dessas meninas é muito grande.

Então, eu vi aqui vários órgãos, várias instituições falando do problema há muitos anos. Mas do pouco que eu vejo mais de perto, a gente fica muito exposta, como profissional e como pessoa. Eu lembro que, quando a gente manda relatórios para promotorias, para juizados, a gente corre risco de vida, a gente é ameaçada de morte. A gente, como psicólogo, como profissional, tramita numa área que — eu acho — muitas vezes não é nossa, mas é da nossa responsabilidade, sim.

E o que eu vejo é o seguinte: hoje, por conta de várias questões, essas casas estão instauradas em vários locais, principalmente nos locais de passagem, de movimentação. E essas casas, bastante figurativas, são de mulheres que começam a pegar essas meninas nas escolas e nos bares. Há vários lugares ali, como (*ininteligível*), não sei do que; enfim, vários lugares noturnos que são verdadeiras casas de exploração sexual.

E aí uma coisa me chama muito a atenção. Por que a dificuldade tamanha de se trabalhar em rede? Por que não esses núcleos, seja na Central do Brasil, seja ligado à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Civil — eu já trabalhei no Programa Delegacia Legal — e a gente não une as forças e trabalha com essas pessoas que estão na ponta desses núcleos? Porque a gente tem informações que muita gente não tem. É claro que a gente é guardada pelo sigilo da nossa profissão, mas, no momento em que essas meninas correm risco de vida, em que as pessoas começam a ameaçar os profissionais que estão na ponta dessas instituições, por que não fechar propostas de ponta de trabalho em conjunto? Porque a Polícia Civil tem um trabalho, a Polícia Rodoviária Federal tem outro, assim como a Central do Brasil, a ALERJ — que eu acho de grande importância nessa pesquisa —, mas



quem trabalha com essas famílias somos nós. Então, por que não unir essas forças todas e montar núcleos em que as pessoas possam unir projetos de atuação?

A gente sabe que, hoje em dia, projetos ligados ao mercado de trabalho, como o Programa Jovem Aprendiz, tiram essas pessoas desses locais em que elas estão instituídas, e a polícia passa a ter outra cara frente a esse trabalho. Porque, à medida que essas instituições se unem — a gente já viu isso em direitos humanos e na rede, com o Projeto Trama, que a gente conhece, que foi até no NEACA, ministra cursos e tudo —, o trabalho pode ser ampliado no sentido de, por exemplo, questionar por que essas pessoas não podem ser pegadas, por que não podem ser destruídas essas casas que pegam meninas de 12, 13 anos e agenciam, sim, para tráfico de pessoas.

A gente está cansada de denunciar, a gente está cansada de falar a mesma coisa, seja no Ministério Público, seja no Judiciário, seja nas Delegacias. A gente tem uma parceira muito bacana, a delegada da DEAM, em São Gonçalo. Há muito tempo a gente faz um projeto muito bacana. Eu trabalhei no Programa Delegacia Legal, na chefia da Polícia Civil. A gente tem uma rede imensa de trabalho.

Fiquei muito feliz quando a senhora falou dos projetos da Polícia Rodoviária Federal que eu não conhecia. Por que a gente não trabalha em conjunto? A gente sabe que aquela ponte Rio-Niterói tem acesso a toda a Região dos Lagos, onde há a maior exploração de tráfico de meninas, e, hoje, estão transitando nessa rede.

Então, por exemplo, se a gente denunciou o polo de Itaboraí, o polo de São Gonçalo, o polo sei lá do que, por que as pessoas não conseguem pegar? Eu lembro que, na época, essas famílias foram ameaçadas até por supostos policiais, que a gente nunca soube bem definir quem eram nessa história.

Então, assim, por que não atingir essa área num projeto preventivo, como a gente trabalha nas comunidades e como a gente dá palestra em várias comunidades? Então, assim, quando a gente envia relatório para a Promotoria da Infância e da Juventude, colocando que a gente também está em risco, é porque eles acham muito rápido as nossas casas e vão atrás da gente, como se a gente fosse assim “os denunciadores de tudo”.

Então, por que não a gente juntar forças, somar essas forças e trabalhar juntos? Há o projeto da Central do Brasil, que a gente já conhece, que é muito bacana, e tantos outros. Eu sabia que a Polícia Civil estava de olho na casa de



Niterói, que a gente já tinha feito várias denúncias. Várias! Não era uma ou duas. Mas há uma rede inteira transitando por Niterói, que vai por Itaboraí, que vai por São Gonçalo inteira e que vai pela Região dos Lagos. Então, por que não a gente somar essas forças para, como profissionais, estar em conjunto trabalhado nesses locais? Eu acho que esse seria o foco maior.

Eu queria agradecer. Lamento ter chegado um pouco mais tarde, mas eu fui para o outro endereço que a instituição mandou, lá da Rua da Alfândega, depois eu vim para cá. A Carol, que é nossa estagiária de Serviço Social, já estava aqui.

É assim: quando você lida com famílias em situação de violência, vê que as meninas e os meninos, desde cedo, têm acesso a uma vida muito diferente do que a gente pensa. A gente tem agora adolescentes lá que vão editar um livro pelo Projeto ELETROBRAS, pela PETROBRAS. Está para ser editado esse livro.

Tem meninas que passaram para o Pedro II. Tem meninos no processo Jovem Aprendiz, em vários projetos. Então, por que não a gente somar essas forças e trabalhar juntos? A Promotoria da Infância e da Juventude tem um trabalho muito bacana com a gente. Em todos os nossos casos, a gente trabalha em conjunto com as promotoras, com a equipe técnica da Vara de Família do Juizado do MP e da Vara de Família.

Então, a gente está na rede inteira, inteira, inteira. O tempo todo a gente fala isto: *“A gente trabalha com juízes diretamente”*. Nenhum relatório e nenhuma audiência deixam de passar pelo nosso relatório, pela nossa avaliação. Como profissionais, a gente tem o NEAC e tem o NACA, em São Gonçalo. Então, assim, o que eu sugiro é que a gente possa dar as mãos no sentido de que esses órgãos todos juntos... A Polícia Civil vem fazendo um trabalho bem bacana junto com a Polícia Federal — há a Dra. Marta Rocha, de quem a gente gosta muito, não tem jeito — e toda a equipe de profissionais.

A gente fez um curso de Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, na UFF. A nossa amiga Patrícia Acioli foi assassinada e há muito tempo a gente já falava sobre isso. Por que a gente não pode estar atuando na prevenção disso tudo? Por que chegar a um grau tão grande de meninas estarem sendo traficadas para locais tão longe?

A gente tem aqui uma equipe, em que a gente vem trabalhando há muito tempo e por que isso não pode ser trabalhado em conjunto? Eu acho que foi falado



de forma muito bacana sobre quando a gente trabalha em rede. É superdifícil. A gente trabalha com o Conselho Tutelar, a gente trabalha com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Então, assim, por que não trabalhar com essas profissionais que estão na ponta dos atendimentos? Porque uma coisa é a visão da Polícia Federal, do pessoal da Central do Brasil e outra coisa é quem trabalha diretamente com essas famílias.

Eu queria poder ouvir um pouquinho vocês sobre isso.

Obrigada, gente, e desculpem, mas eu estava meio tímida. Meu nome é Thereza Cristina, sou psicóloga do NEACA. Vai fazer 6 anos agora que estou atuando nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está bom. Muito obrigada, Thereza pela sua contribuição. As pessoas depois vão se reportar à senhora e, quando perder a timidez, se quiser voltar para falar, pode voltar. Não tem problema. *(Risos.)*

Nós vamos agora passar a palavra para os nossos Deputados e Deputadas, Deputado Luiz Couto, Deputada Liliam Sá, e depois aos nossos convidados e mais alguém, se quiser. Essa é uma audiência pública, portanto, todas as pessoas interessadas têm o direito de se manifestar.

Quero registrar a presença aqui da Dra. Christiane Lobato, que é diretora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Pará — se não for exatamente esse o termo, um dia eu acerto — e, além de delegada da polícia, foi coordenadora da DATA da criança e do adolescente e está nos prestigiando aqui também nesta audiência pública.

Se quiser fazer uso da palavra, Dra. Christiane, pode...

Eu passo a palavra agora, então, ao Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente da nossa Comissão, para fazer as suas considerações, e, em seguida, à Deputada Liliam Sá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bom dia, companheiros e companheiras. Bom dia, Presidente.

Hoje nós temos, além deste evento aqui, um evento importante que nós celebramos também, que é o aniversário do nosso Presidente Arnaldo Jordy. Hoje ele faz mais uma primavera. Ele diz que...

Então, parabéns e que V.Exa. possa continuar nessa caminhada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não tem como fugir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não tem como fugir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não pode fugir, não. Isso é muito importante.

Em primeiro lugar, eu acho que a Graziella levantou uma questão com relação ao aspecto da fragilidade dos dados. Isso mostra a importância de nós termos um banco de dados nacional sobre essa situação, porque eu li uma reportagem da *ISTOÉ Independente* falando que, no Brasil — a partir de dados que eles conseguiram do Ministério Público Federal e também da Polícia Federal —, em 520 Municípios brasileiros, há quadrilhas funcionando no tráfico de seres humanos — quadrilhas! É por isso que é difícil de pegá-las, porque não é como na exploração sexual, em que há um cafetão, uma cafetina, são redes que funcionam. Antigamente era assim, agora são redes organizadas, com estrutura, com apoio, com suporte, muitas vezes com policiais dando proteção e suporte. Enfim, esse é um elemento importante que nós precisamos trabalhar na questão de um banco de dados nacional. O Ministério da Justiça, com relação a outros crimes, está fazendo convênio com os Estados, para que, de fato, aquilo que aconteceu, tenha um banco nacional, e ninguém pode agora reclamar da não existência desses crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Um fato que chama a atenção é o de que nós temos hoje quadrilhas, e a matéria que saiu na revista *ISTOÉ* diz que, além dos 520 Municípios que teriam essas quadrilhas funcionando, tem os chamados “lugares de engorda”, lugares para onde essas crianças e adolescentes vão, muitas vezes para se alterar a idade, para que eles tenham um novo registro de nascimento, com outros dados. Aí a pessoa sai com um documento legal do Brasil, sai com passaporte legal, e lá esses passaportes são retirados, aí as pessoas passam não apenas a ser utilizadas para a prática sexual, mas para outros fins. Nós temos informações, por exemplo, de que, em alguns lugares, são travestis que são levados para a Itália e para outros países. A porta de entrada para a Europa é Portugal, depois Espanha, França, Holanda, Alemanha, Itália, Turquia... (*Falha na gravação.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...no sentido de identificar esta situação. Um depoimento que nós tivemos é de que, por exemplo, elas vão. Uma pesquisa



que foi feita por um professor da Universidade Federal de Brasília, em parceria com o Ministério da Saúde, para verificar nesses lugares sobre essas pessoas que estavam lá, ou seja, se identificou um número grande de mulheres que estavam lá em situação de escravidão, que eram obrigadas a serem exploradas sexualmente, porque tomavam o passaporte e tudo o mais, quase metade daquelas de Portugal estavam lá num local com tuberculose. Ou seja, de fato, é uma situação... E num dos depoimentos de três, que estavam lá em Mumbai, não tinham nem tempo de tomar café, nem de almoçar. Era o tempo todo para tirar fotografia, para quê? Para vender para outros lugares, para depois serem explorada sexualmente.

E um dos lugares que aparece lá — esses lugares onde pessoas eram levadas e lá eram preparadas para irem embora, levarem — é o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Pará, Bahia, vários Estados aparecem lá. É importante... E, como eu disse, essa investigação tem que se aprofundar.

A Dra. Marisa levanta um aspecto importante que é a íntima relação entre as redes de exploração sexual e as redes de tráfico de seres humanos de pessoas. E aí entrou a questão do trabalho escravo, do trabalho infantil, e como é que esse elemento, esse mapeamento da Polícia Federal sobre os pontos vulneráveis, pode também ser um instrumento para que nós possamos agilizá-lo nessa questão do banco de dados nacional, para que, de fato, todo mundo possa entrar e verificar como é que se pode trabalhar, de forma articulada, como a companheira colocou lá. Ou seja, é preciso que a gente deixe de apenas olhar para o nosso umbigo, mas que a gente comece a trabalhar de forma articulada para perceber que, muitas vezes, pessoas que vêm aqui para o Rio de Janeiro, ou de outros lugares, há uma conexão muito forte. Como não conseguem aqui, levam para outro Estado, lá são preparadas e depois são vendidas, são vendidas porque são quadrilhas que estão ganhando dinheiro à custa do sofrimento e da dor de muita gente. Com a promessa: *“Vocês vão ganhar muito, vão ser pagas em euro, na Europa, ou, então, em dólar, e vocês vão voltar quando vocês quiserem”*. Parece com aquilo que está na novela lá, que é igualzinho àquilo mesmo. Parece que a novela teve depoimentos e parece que é... Ou seja, um dos fatos que chama a atenção é o de que muitas vezes as famílias vendo que aquela adolescente está numa situação, ou aquela jovem pode melhorar, e é prometido para ela que vai ser um modelo fotográfico, que ela vai ser uma bailarina, que ela vai ser um modelo de roupas, enfim, que ela vai desfilas, até os



pais favorecem isso aqui. Quem é que não quer? E até tem contrato, contrato que não vale a pena. Porque a gente perguntou lá: “A senhora tem uma empresa?” “Não.” “Como é que a senhora faz contrato com outra empresa do exterior?” Ou seja, os contratos também são forjados, é alguém que vai lá e assina, parecendo com aquilo que ocorre nas novelas, mas é real o que está acontecendo.

Então, nesse aspecto, eu diria que nós precisamos, sim, e aí o Dr. Fernando coloca que... E aí tem que ter uma ação articulada: não pode ser só da Polícia Federal, é a Polícia Federal, é a Polícia Civil, é a Polícia Militar, é a sociedade civil, enfim, todos nós, são os movimentos. Nós temos que olhar, porque, de fato, há um crescimento, houve uma evolução na questão das redes de exploração social, onde houve uma ação mais de combate a isso aqui, mas ainda existe muito mais. Mas essa questão do trabalho, do tráfico de seres humanos parece algo que nós temos que colocar toda a energia, no sentido de um combate, de um enfrentamento dessa questão.

A Dra. Michelle coloca a pesquisa — eu acho que essa pesquisa é importante para que a gente possa... Aí ela trata da questão das mulheres negras, que é um outro elemento. E a gente vai pegar o mapa da violência e vai verificar o seguinte: quem são as pessoas que são vítimas dos homicídios que acontecem com arma de fogo? Na maioria são jovens, pobres, afrodescendentes e que moram nas periferias. Ou seja, característica de etnia, de classe social e de faixa etária.

Então, no nono depoimento que a gente teve, a faixa etária que mais teve aumento de homicídio é na faixa de 10 a 14. Ou seja, nossas crianças também estão sendo vítimas de homicídios, de grupos de extermínios, de ações de violência. Enfim, esse é um aspecto que chama a atenção de todos nós. Por isso que eu acho que é importante juntar essas pesquisas todas, juntá-las com outros elementos que têm, no sentido de que nós possamos ter uma ação articulada, organizada, porque se cada um for olhar e fazer o seu trabalho, vai ter o seu trabalho, mas a gente não vai ter essa articulação.

Finalmente, Thereza Baltazar coloca alguns dados que nós... São Gonçalo, ou seja, as pessoas que denunciam têm risco de vida, como também a pessoa que é explorada, ameaça de morte. Itaboraí é outro espaço, mas ela fala a Região dos Lagos. Daí tem esse elemento importante para se investigar. E ela diz o seguinte: que é a ponte Rio-Niterói, basta ir lá para verificar que ali... Agora, quem age nisso



aqui? São redes, são quadrilhas. Não é fácil pegá-las, porque quando eles percebem que há uma operação, eles fogem, eles se escondem. E, às vezes, você pega a vítima ou alguém que não é nem a quadrilha, é um intermediário que está lá, é o olheiro. Enfim, ele pode... vai mofar na cadeia, mas não diz quem são os membros daquela organização criminosa. Acho que só tem um jeito: é usar o trabalho de inteligência, os mecanismos de inteligência, para, tendo também autorização da Justiça, identificar também algumas figuras que agem dessa forma, para que nós possamos identificar isso aqui e dar um basta a essa situação.

Eu acho que, nesse aspecto, é importante esta nossa audiência pública para que nós possamos fazer esse trabalho de articulação, um trabalho em conjunto, porque, se continuarmos cada um no seu lugar, a gente não vai ter muitos resultados, não. Vamos ter cada vez mais crescendo o tráfico de seres humanos, o sofrimento das pessoas que vão e das pessoas que aqui ficam, pensando que vão ter os seus filhos para serem bailarinos, para serem modelos. Na realidade, vão ser vítimas, vão ser escravizados. Têm casos, na Espanha, onde as mulheres que eram usadas para exploração, com o tempo, ninguém mais queriam, não tinham mais clientes, porque perderam o vigor e tudo mais, essas eram usadas como mulas para o narcotráfico. E, quando não serviam mais para o narcotráfico, eram assassinadas e os órgãos eram vendidos. Então, as quadrilhas não perdem, querem ganhar dinheiro de qualquer jeito, em qualquer situação.

Então, era isso que eu gostaria de colocar, dizendo que é importante esse trabalho articulado. Eu acho que, nesse sentido, devemos juntar aquilo que a Polícia Rodoviária, Polícia Federal, Polícia Civil, as organizações da sociedade civil, porque são importantes, porque elas é que estão colocando para nós essa realidade que muitas vezes o próprio poder público não levou muito em conta, porque têm tantas outras tarefas que esquece que nós temos milhares de brasileiros e brasileiras que estão sendo explorados, que estão sendo violentados, que estão sendo escravizados.

Era isso que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente: dizer que esse é o sentido da nossa CPI: modificar a legislação do Código Penal, para que a gente possa, por exemplo, fazer um levantamento das empresas que mandam gente para lá e dos que lá recebem também. Tem que pegar o Ministério do Turismo, o Ministério das Relações Exteriores... É também colocar, por exemplo, aquele que alicia para esse



fim, aquele que recruta, aquele que serve de guardião para o que eles chamam de engorda, que é preparar a pessoa e, se a pessoa tiver algum problema, aí, pronto: cuida do perfil da pessoa, para que ela chegue lá e seja usada para tirar o maior proveito econômico por parte das quadrilhas internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto, por suas considerações.

Antes de passar a palavra para a Deputada Liliam Sá, eu queria convidar a Dra. Christiane, que queria fazer uma consideração, para fazer uso da palavra. Em seguida, a Deputada Liliam Sá, para fazer as suas considerações.

A SRA. CHRISTIANE LOBATO - Boa tarde. Eu acho que já é mais de meio-dia. O meu nome é Christiane Lobato.

Primeiramente, eu queria parabenizar a iniciativa da CPI por vir ao Rio de Janeiro; cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Arnaldo Jordy; e falar com a minha amiga Graziella, que eu tive o prazer de conhecer, no ano passado, num simpósio internacional sobre tráfico de pessoas. Nós mantivemos contato até para troca de experiências.

O problema no País existe e é bastante significativo, mas, infelizmente, o II Plano Nacional não foi nem decretado e muito menos implementado. E a gente nota que o trabalho é muito tímido nos Estados e, quando existe um trabalho entre as polícias e os núcleos, esse trabalho ele não é institucional, ele é pessoal.

O Rio de Janeiro ele não faz parte... Eu sou do Estado do Pará, esqueci de falar, sou Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis, e o Estado do Pará tem, sim, um núcleo de enfrentamento, que fica subordinado à Secretária de Justiça, e não à Secretaria de Segurança, Secretaria da qual eu faço parte, porque a nossa Diretoria é subordinada à Polícia Civil. E nós mapeamos o perfil das nossas vítimas. Não gosto de trabalhar com perfis, mas, infelizmente, quando a gente fala de tráfico de pessoas, esse perfil existe.

As vítimas do tráfico são vítimas da vulnerabilidade social, econômica e emocional, principalmente quando nós falamos das vítimas travestis e transexuais, que no nosso Estado é o nosso maior... é a nossa maior modalidade, se nós formos analisar o Protocolo de Palermo. Porque se nós formos analisar o Código Penal, infelizmente, ele não aborda todas as modalidades do tráfico.



Então, o Rio de Janeiro... eu não conheço a realidade do Estado. Então, eu não me sinto à vontade para falar sobre o problema que existe aqui. Mas o problema do Estado do Pará nós temos todos. Nós temos tráfico interno para fim de exploração sexual, nós temos tráfico internacional de mulheres, nós temos trabalho escravo dentro do nosso Estado, onde nós recebemos algumas vítimas, sim, do Rio de Janeiro, porque essas pessoas vão para trabalhar nos garimpos e são escravizadas. E nós temos também o tráfico para fim de doação ilegal. O que nós não temos mapeado é o casamento servil.

Então, é importante que as polícias — eu vou falar assim porque é algo que eu me sinto à vontade ao falar — se sensibilizem com o problema, porque, quando nós temos uma situação, nós temos que entrar em contato com as unidades policiais de outros Estados, a gente nota que os colegas desconhecem a problemática.

Então, se nós não tivermos uma polícia conhecedora do protocolo, das suas responsabilidades e sensibilizada com a causa, nós não conseguiremos atender... nós não conseguiremos combater esse crime, porque não adianta os núcleos trabalharem na prevenção, juntamente com os movimentos sociais — que hoje são os mais atuantes no combate a esse crime, diga-se de passagem —, no atendimento à vítima e na prevenção, e os autores desses crimes não serem reprimidos e responsabilizados. Nas poucas investigações que existem no País, a responsabilização é quase zero. Ou seja, até quando a polícia investiga, essas pessoas sequer são denunciadas e muito menos condenadas. Isso faz com que gere no País aquela sensação de impunidade, e aí aquelas rotas elas só se fortalecem. Por trás dessas rotas, principalmente a da exploração sexual, nós temos o problema de quadrilhas muito bem articuladas relacionadas também ao tráfico internacional de drogas. Então, é importante que as polícias se qualifiquem, se sensibilizem e se articulem.

Sempre a gente ouve falar do Cadastro Nacional. Eu participei, ano passado, doutor, em Brasília, do lançamento do CENAPOL, que seria um cadastro de proteção *on-line* à criança e ao adolescente vítima de exploração sexual. E o tráfico interno e internacional nada mais é do que uma modalidade de exploração sexual. Houve o lançamento desse programa em Brasília — foi um investimento do Canadá, eram verbas internacionais —, e eu não sei por que ele não foi implementado até hoje. Esse programa seria justamente para que as Polícias Civil e Militar tivessem



um banco único de informações, não só das vítimas, mas principalmente dos autores, e ele seria monitorado pela Polícia Federal. Isso é importante. Como no Estado do Pará hoje, nós somos o Estado que mais investiga tráfico interno de jovens, de mulheres, nós temos muito contato com outros Estados, e o que a gente nota é que algumas pessoas que são investigadas por nós também são investigadas por outros colegas de outras Unidades da Federação.

Então, se nós tivermos esse sistema único, com certeza, você facilita o trabalho, você agiliza o trabalho policial e você combate o crime. Então, é importante que a CPI venha com esse viés de não só propor uma mudança na legislação, mas também criar alternativas e meios de monitoramento dessas políticas, porque não adianta um Estado implementar um plano e esse plano não ser cumprido na sua íntegra.

Eu espero ter contribuído em algo. No Estado do Pará, nós criamos uma Delegacia de Combate ao Tráfico de Pessoas, onde nós atendemos somente... não atendemos somente na repressão. A gente procura atender os três eixos, conforme prevê o plano nacional e o nosso plano estadual, que foi decretado este ano. Então, nós trabalhamos também na prevenção, na repressão e no atendimento à vítima, através de um núcleo psicossocial que nós possuímos.

Eu não conheço a realidade do Estado do Rio de Janeiro com relação à polícia, mas, caso eles queiram conhecer a nossa unidade e a nossa forma de trabalhar, o Estado do Pará está à disposição para um intercâmbio de conhecimento e de articulação para o combate ao crime.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Delegada Christiane. Parabéns, mais uma vez, pelo trabalho desenvolvido lá por você e pela sua equipe junto ao enfrentamento desses crimes lesivos aos direitos fundamentais da pessoa humana, não só ao tráfico de pessoas.

Eu passo a palavra agora à Deputada Liliam Sá, uma das nossas representantes do Rio de Janeiro aqui na nossa CPI, que também é da Comissão de Direitos Humanos e também da CPI de Combate à Exploração e Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, e nossa anfitriã, de certa forma, aqui na Assembleia Legislativa do Estado. Com a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Muito boa tarde a todos!



Eu me sinto assim muito honrada de poder fazer parte desta CPI, e parablenzo todos os integrantes, Deputados, que têm feito um trabalho maravilhoso no combate ao tráfico de pessoas.

Quero parabenizar também o Presidente desta CPI, o Deputado Arnaldo Jordy, que hoje está fazendo mais 1 ano de vida. Que Deus possa te abençoar cada vez mais na sua trajetória de vida e te dar muitos anos de vida!

Cumprimento a Mesa, cumprimentando os Parlamentares e, em nome dos Parlamentares desta Casa, os Deputados Estaduais, o Presidente desta Casa, o Deputado Paulo Melo, cumprimentando o Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Luiz Couto. Quero cumprimentar a Dra. Graziella Rocha, a inspetora Marisa Dreys, o Dr. Fernando Reis, a Dra. Christiane Lobato. E cumprimentando a Dra. Christiane Lobato, eu cumprimento todos que estão nesta audiência.

Olha, como disse o Deputado Padre Luiz Couto, o tráfico de seres humanos e a rede de exploração sexual são crimes muito difíceis de serem combatidos. Por quê? Quando se combatem essas redes no local, elas migram para outro. Eles são muito organizados. E o perfil desses aliciadores, desses exploradores... Eles são extremamente inteligentes e estão infiltrados em vários setores da sociedade. São calculistas, são frios, são desprovidos de sentimento, de vergonha, de escrúpulo. Estão como olheiros em locais onde eles encontram a vulnerabilidade, onde eles podem atacar. Geralmente, em porta de colégios, nas comunidades, onde têm as meninas mais carentes, nos bares, nas boates, nos postos de gasolina, nas rodovias, onde a pobreza escraviza as nossas crianças, os nossos jovens. E eles trazem a ilusão para essas meninas, para essas jovens, de que elas serão famosas, de que elas vão ganhar muito dinheiro, vão ganhar em dólar, vão ganhar em euros, em libra.

E aí é que começa a ter... O que nós queremos... Esta Comissão quer desbaratar como é que eles conseguem falsificar documentos, falsificar certidões de nascimento, carteiras de identidade, passaporte, para que essas meninas, vamos falar assim, as adolescentes saiam do nosso País e também para dentro do próprio tráfico interno.

Como isso é combatido? Nós precisamos, como disse o Padre Luiz Couto, tem aquele lugar de engorda, onde são trocados os documentos e falsificados esses



documentos. Nós queremos, com esta CPI, chamar a atenção das autoridades em relação a esse crime tão grave.

Onde estão essas mulheres que saem do Brasil, que as suas famílias procuram e até hoje não têm contato? Onde estão essas crianças que desapareceram enigmaticamente no Rio de Janeiro? Falo aqui da capital do Rio de Janeiro, onde, há muitos anos, nós temos procurado meninas, e elas desapareceram sem que ninguém saiba, sem que ninguém tenha nenhum tipo de pista.

O Dr. Fernando me acompanha há muitos anos, já participou de uma CPI que eu fiz alguns anos atrás sobre o desaparecimento de crianças. Nós temos crianças, meninas, com perfil de 7 a 12 anos de idade, que desapareceram. E nós fizemos audiências, até a Interpol veio à nossa audiência. Visitamos a Polícia Federal, visitamos a Polícia Civil, e ninguém tinha pista de nada. E essas mães estão até hoje, nós vamos ouvi-las hoje à tarde, na Câmara de Vereadores. A Mariana Zheng, que desapareceu em São Cristóvão, naquela Feira dos Paraibas, falam assim, a feira nordestina; a Ana Paula, que desapareceu, foi mais recente, lá de Rocha Miranda; nós temos a Thaís de Lima Barros, que desapareceu da Vila Kennedy — temos o retrato falado de quem levou essa menina, e até hoje não temos resposta da polícia; a Larissa, que foi também levada pela mesma pessoa que levou a Thaís, o retrato falado é o mesmo. E nós não sabemos onde vão parar essas crianças.

Eu continuo batendo naquela mesma tecla: existe uma rede muito organizada, agora estão se organizando através da Internet também, para a exploração sexual de crianças e adolescentes, a pedofilia e o tráfico de seres humanos.

A minha contribuição nesta CPI é poder trazer essas mães para que elas sejam ouvidas, para que elas não continuem sem saber onde estão suas filhas. Tem que ter alguma resposta. Precisamos de respostas para elas.

Eu estou também na CPI da Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Nós temos viajado o Brasil inteiro e estamos traçando, junto com a CPI do Tráfico de Pessoas, informações para que a gente possa chegar a algum lugar, pegar o fio da meada, puxar onde estão esses cafetões, essas cafetinas, esses mercadores de vida que movimentam um mercado promissor, um movimento em que estão ficando milionários.



Então, nós queremos é respostas. Como diz o Dr. Fernando, a prostituição não é crime, mas a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. E, se for aprovado o projeto que nós temos na pauta para a semana que vem, o PL 5.658/09, a pedofilia e a exploração sexual vão passar a ser crime hediondo. Acho que é o único mecanismo que nós temos, enquanto Parlamentares, de combater um pouco, frear um pouco esse crime que tem ceifado tantas vidas e tem acabado com a vida da família brasileira.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para a Dra. Graziella. Se me permite, tenho algumas perguntas aqui, onde eu já peguei o Dr. Fernando. Dra. Graziella, eu queria perguntar se há um caso emblemático de tráfico de pessoas nos últimos 5 anos, se a senhora tem alguma pista para a gente, se tem algum caso que a senhora possa entregar à CPI e como é feito esse trabalho de prevenção, se ele também se estende às escolas, porque a fragilidade está nas escolas.

Eu queria até fazer uma denúncia que eu recebi: na Ilha do Governador, tem um homem que está aliciando meninas nas escolas, oferecendo, para fazer filmes pornográficos, e levando essas meninas. Aí fala que vai fazer o teste, essas meninas vão fazer o teste, e, quando chegam lá, eles filmam, já fazem como se fosse um filme mesmo. E ali nunca mais aparece, leva o filme dessas meninas e aí comercializa.

Como o senhor falou, há essa prática na Internet também de essas meninas estarem tirando a roupa, e eles estarem fazendo chantagem. Eles já aproveitam para comercializar esse filme. Nós estivemos, na terça-feira, com o Presidente do Google, e ele estava falando que é muito difícil fiscalizar, eles terem acesso para filtrar os *sites* pornográficos que entram nas nossas redes aqui no Brasil. Geralmente, esses *sites* estão hospedados fora do País, porque a fiscalização é menor. Aqui, nós temos uma fiscalização, graças a Deus, boa em relação a esses crimes na Internet. E é muito difícil porque não tem uma legislação própria para isso.

Então, o que acontece? Eles querem fazer com que haja o bloqueio dos cartões de crédito, porque, geralmente, esses *sites* são pagos, para que eles possam ter acesso e combater a exploração sexual, a pornografia e o tráfico de pessoas pelas redes, os provedores dessas redes.

Então, eu gostaria de deixar essas perguntas, e também para a Dra. Marisa, porque ela falou dos pontos vulneráveis, mas eu gostaria de saber da Polícia



Federal, da Polícia Rodoviária Federal, que está com um material muito bonito e está até entregando para gente aqui de prevenção, que é muito bom: quanto a esses pontos que são vulneráveis que vocês detectaram, quantos pontos no Rio de Janeiro foram combatidos? O que vocês encontraram lá, o que vocês podem passar para gente nesta CPI?

Nós sabemos da questão dos caminhoneiros, o trabalho que vocês fazem com os caminhoneiros. Quando eu fui Vereadora aqui no Rio de Janeiro, eu fiz uma CPI também da exploração sexual. Nós descobrimos que as crianças e as meninas de 9, 10, 11 anos de idade saíam em boleias de caminhão, trocando de um Estado para outro, e encontramos um ponto de prostituição dentro do CEASA e outro no CEAGESP, em São Paulo. Nós combatemos isso. Aqui nós tivemos quadrilhas presas. Então, nós queremos saber o que está acontecendo. O que vocês podem trazer de concreto para que esta CPI possa ter um direcionamento no nosso Estado, principalmente no caso dessas meninas desaparecidas, que desaparecem duas, três por ano? Nós vamos até ouvir isso, vamos ter o desdobramento hoje nesta tarde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputada Liliam.

Eu passo a palavra à Dra. Graziella para responder às questões.

A SRA. GRAZIELLA ROCHA - Antes de responder à Deputada Liliam, eu queria falar com a Thereza Cristina, que coloca a questão: por que não trabalhamos em rede? A gente concorda totalmente com as ponderações da Thereza. Realmente, a gente acredita muito que é o fortalecimento da rede que realmente vai fazer com que esse crime seja superado na nossa sociedade, porque a nossa visão com relação ao tráfico de pessoas é que a gente não vai construir a roda, a gente não vai criar equipamentos novos, a gente não vai criar nada novo. A ideia é fortalecer as redes, fortalecer os trabalhos, os atores que existem e que, de algum modo, têm a ver com essa questão, sensibilizá-los e fazer com que todos atuem juntos.

Por conta dessa visão e por acreditar que é a rede o grande gancho para o enfrentamento ao tráfico de pessoas é que a gente criou aqui no Rio de Janeiro o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do qual o Movimento de



Mulheres em São Gonçalo faz parte, o Projeto Trama faz parte, a Comissão de Direitos Humanos aqui da ALERJ faz parte, a Polícia Civil faz parte, a Polícia Rodoviária Federal faz parte. São 28 instituições, sendo 20 instituições públicas e 8 entidades da sociedade civil.

O nosso trabalho ainda é embrionário. Nós tivemos quatro reuniões durante o ano todo; é muito no sentido de nivelamento de conhecimento no início, porque faz parte desse Comitê, por exemplo, a Secretaria de Habitação, a Secretaria de Saúde, órgãos que, em um primeiro momento, nem entendem por que são chamados para um comitê de tráfico de pessoas, e precisa-se explicar e fazer com que eles entendam que esse fenômeno é multidimensional e que por isso tantos atores têm que fazer parte. Então, o início desse nosso comitê é muito nesse sentido de nivelamento de conhecimento e de fazer com que cada ator que ali está entenda por que está e se torne um porta-voz tanto do conjunto da rede, quanto interno, dentro da sua instituição, para levar a importância do tema.

Nisso a gente — modéstia à parte, eu presido esse Comitê — tem avançado muito. As pessoas que participam do Comitê estão muito interessadas em aprender. Aquelas instituições como o Projeto Trama, que já trabalham com o tema há mais de 10 anos, levam as contribuições. A gente tem tido uma troca muito boa, e eu aposto muito no Comitê, que, no ano que vem, a gente vai avançar muito; que, no ano que vem, se a gente não conseguir lançar o plano estadual, a gente já tenha um documento muito avançado. A gente planejou plenárias livres regionais, para que a gente consiga capilarizar o tema, porque a gente fica muito centrada na capital, porque o aeroporto está aqui, porque as questões mais complexas estão aqui, porque a mídia grande está aqui; então, a gente tem mais conhecimento de situações na capital, mas a gente tem que trabalhar para 92 Municípios e a gente sabe que o interior também sofre muito e fica muito oculto.

A gente tem acreditado muito nesse trabalho da rede. Eu tenho certeza de que, para o próximo ano, o Comitê só tem a fortalecer e a crescer.

Com relação aos questionamentos da Deputada, a gente tem, sim, um caso emblemático, que é superemblemático mesmo, que é o caso do guatemalteco que foi libertado. Ele depois, na CPI do Senado, de forma oculta, para preservar a identidade dele... E, também, o que acontece muito: o nosso Núcleo é de acolhimento; então, muitas vezes, quando pedem casos, a novela pede caso, a



mídia pede personagem, a gente nega muito, porque a gente se preocupa muito tanto com a proteção desse sujeito, quanto com a sua estigmatização. Não é um estigma legal de carregar para o resto da vida você ter sido vítima de tráfico de pessoas.

No caso desse guatemalteco, a gente optou na época da CPI do Senado e agora também, no que precisar, a gente pode colocar essa pessoa em contato, porque, no caso específico dele, a gente não identificou que tinha uma rede criminosa muito envolvida, não. Foi um tráfico de pessoas quase que doméstico, de pessoas da afinidade dele, de amizade, que o trouxeram para o Brasil e o colocaram em uma situação de exploração, servidão por dívida. Então, por isso, esse caso a gente colocou e ele está à disposição. Ele não ajuda muito a entender redes de tráfico de pessoas, porque, como eu disse, foi, realmente, um caso pontual, mas ele, para a gente, do Núcleo, foi muito emblemático, porque foi logo no início que a gente começou a trabalhar com o tema que o caso chegou, e a gente começou a entender as fragilidades da rede toda e a entender como a gente teria que atuar com esse caso prático.

Ele também foi muito emblemático em termos nacionais porque foi o primeiro visto concedido para uma vítima de tráfico de pessoas permanecer no Brasil, porque, até o final de 2010, o que acontecia recorrentemente aqui no País era o seguinte: um estrangeiro que chegava e era encontrado em situação de exploração, seja trabalho escravo, enfim, era deportado, entrava no avião da FAB e voltava para o seu país de origem. E é um consenso da sociedade civil e de todos nós que trabalhamos com o tema que isso é uma forma de revitimização de uma pessoa que já sofreu muito no nosso território.

Então, em 2010, o Conselho Nacional de Imigração fez uma resolução que, se uma pessoa for vítima de tráfico de pessoas, ela tem o direito ao visto de permanência. Por coincidência, o primeiro caso que deu entrada a esse visto foi o nosso aqui do Rio de Janeiro. Na época em que a gente entrou com o caso, uma fragilidade que a gente viu dessa situação é o seguinte: não foram pensadas as verbas para a concessão desse visto. E, no desenrolar do processo, a gente descobriu que ele tinha que pagar uma taxa de 200 dólares para conseguir esse visto. Aquilo nos gerou muita angústia, porque era uma pessoa extremamente vulnerável: na ocasião, ele estava abrigado em abrigo público aqui do Rio de



Janeiro, não podia trabalhar porque a sua situação não estava resolvida. Como ele teria que pagar um valor tão alto para conseguir o seu visto?

Felizmente, nessa nossa história, nós tivemos uma participação muito ativa e muito ágil da DPU, que entrou com o processo, que pediu a liminar judicial, e, por sua vez, a juíza também deu a liminar em um dia, foi muito rápido. A gente conseguiu resolver essa situação em 6 meses, e ele hoje está com o visto dele, está trabalhando, está com tudo regularizado. Mas fica uma dica para a CPI, para olhar essa questão dessas verbas que são cobradas para esse visto, porque, no nosso caso aqui do Rio de Janeiro, a gente teve todo o apoio das instituições e foi muito rápido, mas em outros Estados talvez isso não aconteça, e realmente não pode haver verbas para emissão do visto de pessoas que foram vítimas de tráfico de pessoas.

Então, o meu contato vai ficar. Do que vocês precisarem a gente está aí para esse caso.

Com relação à prevenção, é aquilo que eu falei, a gente está com o Comitê que iniciou as atividades há 4 meses, este ano. A gente tem, ainda, trabalhado como a gente vai fazer a nossa estratégia de prevenção. Então, pelo menos por parte do Núcleo, a gente ainda não fez nenhum tipo de trabalho com as escolas. A gente já fez algumas plenárias livres com universidades, no âmbito universitário, mas no âmbito escolar a gente ainda não trabalhou. Mas a gente já tem mapeado isso em mente, que é uma necessidade, e a gente está estudando como fazer esse trabalho nas escolas.

Para terminar a minha fala, como contribuição ao que a CPI pode deixar para a nossa sociedade, eu queria pontuar algumas coisas. Quanto à primeira delas, eu queria pedir à Deputada Liliam, que é do Rio de Janeiro, que ela leve isso como um pedido realmente do nosso Estado para que a gente tenha recursos para construir no Rio de Janeiro uma casa de passagem, porque a gente hoje não tem, e, quando eu recebo o caso, tenho que usar a rede pública de abrigos. Essa rede pública hoje é majoritariamente voltada para a população em situação de rua e para população em situação de drogadição. Então, fica muito difícil trabalhar uma pessoa que sofreu um tipo de violação de direitos humanos, de exploração, dentro desse espaço. Não que ela seja melhor do que qualquer pessoa que está ali, não, porque a pessoa que está ali naquela situação também merece respeito, ela chegou ali também por uma



condição, mas porque é outra situação, é muito difícil de a gente trabalhar, mas hoje é o que eu tenho para trabalhar e é o que eu tenho que utilizar. Então, seria muito bom se a gente no Rio de Janeiro tivesse uma casa de passagem.

Eu já fiz esses levantamentos no âmbito da assistência social, porque eu estou dentro de uma Secretaria de Assistência Social, e muito do que eu ouço é que os números não justificam se criar toda uma estrutura, porque criar uma casa dessas é muito caro, tem que haver uma equipe que vá trabalhar, alimentação, móveis, segurança, é muito caro. Então, a gente não teria números suficientes para tráfico de pessoas. O que eu peço não é uma casa voltada para tráfico de pessoas, mas uma casa de atendimento para imigrantes de modo geral, porque, além do tráfico de pessoas, a gente encontra muitas, muitas situações aqui de imigrantes que não foram vítimas de tráfico de pessoas, que não foram vítimas de contrabando, mas que, por uma situação ou por outra, veem-se completamente perdidos aqui no Rio de Janeiro. Eu, que represento os direitos humanos no âmbito do Estado, tenho que dar conta também dessas pessoas. Aí também é outra dificuldade, porque eu não tenho estrutura, porque a gente não tem corpo especializado; é complicado trabalhar com outro idioma. Então, se a gente tivesse uma casa voltada para imigrantes, seria de grande ajuda, e, quando aparecessem casos de tráfico de pessoas, a gente poderia utilizar aquele espaço.

Paralelamente a isso, também a gente está buscando já com parceria com a Secretaria de Segurança, com a Polícia Civil, o pouso provisório para as vítimas que necessitam entrar nos programas de proteção, o que é outra história. Então, o ideal seria haver essas duas casas mesmo, para que a gente possa dar uma dignidade melhor no acolhimento dessas pessoas que chegam. É um pedido que eu faço mesmo à Deputada Liliam Sá, que, como representante do Rio de Janeiro, ela leve essa bandeira e que a gente consiga recursos para isso.

Em contribuição com a CPI de modo geral, quero dizer mais do mesmo, mas não custa repetir, porque reforça mesmo. Há a necessidade da mudança do Código, para ampliação das condições das outras situações de tráfico de pessoas, que não se restrinjam apenas à exploração sexual. Isso eu imagino que vocês estão ouvindo em todos os Estados, mas não custa ao Rio de Janeiro reforçar essa necessidade. Há a necessidade do lançamento do plano nacional. Isso a gente sabe que a SNJ tem feito um trabalho lindo e hercúleo que já está na mesa da Presidenta para ela



assinar. Então, também não custa que a gente faça um movimento “*Assine, Dilma, por favor, esse plano*”. A gente realmente precisa dele, até para construir nossos planos estaduais e municipais. É muito importante a gente ter essa diretriz com as atualizações.

A gente teve, enquanto Núcleo, a oportunidade de realizar plenárias livres, de participar da validação do plano junto à SNJ. Eu conheço o teor do plano, o texto que vai ser sancionado pela Presidente. Ele está muito bom, moderno, atual. Foi um trabalho muito bonito. E a gente quer ver esse trabalho na rua.

Então, no que a CPI puder ajudar a pressionar a Presidenta para assinar, vai ser muito bom. Tenho certeza também que não envolvem aí questões políticas. Acho que é mais uma questão de estar em uma pilha de papel e de a Presidenta assinar.

Tenho certeza de que a gente vai conseguir avançar nisso e que vai ser muito importante para todos. E que isso seja feito antes de a novela acabar. A gente tem que aproveitar a comoção nacional que a novela tem causado. Tenho achado muito interessante você estar em um ônibus ou em um bar e ouvir as pessoas falando de tráfico de pessoas, coisa que, quando comecei a me envolver com o tema, quando comecei a estudar — é meu tema de mestrado e doutorado —, em 2008, a gente não ouvia e não tinha quase pesquisadores, e o tema ainda era muito oculto.

Eu acho sensacional que o tema esteja na boca do povo cada vez mais. É a melhor forma de prevenção. Então, vamos aproveitar esse clamor para que a gente deixe o legado transformado em políticas públicas.

Outra contribuição, que é para outro momento — mas é para que vocês levem isso em mente, que a gente tem, sim, que colocar em debate nacional; não tenho as respostas ainda de como isso seria, mas é óbvio que a gente precisa colocar em debate —, é a questão da regulamentação dos locais de prostituição. Não estou falando em regulamentação da prostituição, porque isso já é reconhecido e tal.

Muitos movimentos sociais, inclusive, que fazem parte do nosso comitê, como a ONG Davida, são organizações de prostitutas voluntárias, que estão lá porque querem estar, reconhecem o trabalho como uma escolha e se identificam com essa profissão. Lembro a todos que é a profissão dada como a mais antiga do mundo. Antes mesmo de falarmos a palavra sociedade, já existia prostituição na sociedade.



Esse movimento demanda muito esse debate na sociedade, que é o reconhecimento dos locais de prostituição. Seria no estilo, por exemplo, da Holanda, de Amsterdã, que a gente pudesse ter no País os locais conhecidos regulamentados para o exercício da prostituição. É um tema difícil de abordar, porque a gente tem, na nossa sociedade, muito tabu em volta dessa temática.

Eu nunca tive contato com nenhuma pesquisa comparativa como era antes dessa regulamentação e como é agora na Holanda. Então, a gente não pode afirmar, mas tudo indica que, se a gente pegasse esses locais, que já existem, estão aí, todo mundo sabe onde estão — a gente trabalha com uma hipocrisia na nossa sociedade —, e a gente tirasse esses locais da sombra e relegasse luz, seria muito mais fácil de controlar quem são aquelas pessoas, se ali houve ou não tráfico de pessoas, se ali há menor trabalhando, quais são as condições de saúde, se há uso de preservativos, se as pessoas estão em uma questão de subordinação a alguém.

Se a gente conhece os locais, se o local é regulamentado, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde podem incidir e, com certeza, a gente vai criar uma estrutura maior de proteção para aquelas pessoas que trabalham com prostituição.

Fica a contribuição. Não seria este o espaço de aprofundamento deste debate, mas certamente é um tema correlato que a gente precisa trazer à tona e tirar da hipocrisia da nossa sociedade.

Acho que é isso. Muito obrigada. Mais uma vez, eu me coloco à disposição de todos e de toda a sociedade do Rio de Janeiro, no que precisarem do Núcleo. Mais uma vez, falo nosso telefone: 2334-5540. A gente trabalha no prédio da Central do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muiíssimo obrigado, Dra. Graziella.

Nós vamos para os encaminhamentos finais da nossa audiência. Eu queria passar a palavra ao Dr. Fernando Reis, representante da Dra. Martha, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, para suas considerações.

O SR. FERNANDO REIS - Primeiramente, quero agradecer, em nome da Dra. Martha e da Polícia Civil, a oportunidade de a gente estar debatendo um tema tão delicado e de pouquíssima visibilidade, como todos aqui acentuaram.



Quero colocar para a Graziella a respeito dos estrangeiros. A Delegacia Especial de Apoio ao Turismo — DEAT, que fica no Leblon, ao lado da 14ª DP, tem uma atividade social, além da atividade natural de polícia judiciária, que é exatamente de encaminhamento de estrangeiros em situação de risco via consulado.

É muito comum a DEAT conseguir encaminhamento para hospitais, inclusive manicômios. Nós tivemos vários casos de estrangeiros que simplesmente desapareceram na cidade por variados motivos de ordem psicótica, ou seja, enfermidades de caráter psiquiátrico.

Então, quero deixar o meu contato depois, Graziella, para que você utilize esse canal junto à DEAT.

Quero finalizar, dizendo o seguinte: particularmente — não vou falar institucionalmente, prefiro que a chefe fale nesse sentido — eu concordo absolutamente quando você diz que é necessário esse debate e jogar para trás... A gente está no século XXI, é um absurdo a gente fingir que não há prostituição nas grandes cidades e no País como um todo.

Quanto maior visibilidade houver, quanto mais se discutir e disciplinar a atividade, a menos riscos estarão submetidas as pessoas envolvidas. A regulamentação da atividade, os direitos trabalhistas garantidos, a proteção do próprio usuário do serviço... Quero dizer que o Diretor do DGPE da Polícia Civil é absolutamente favorável a esse seu ponto de vista.

Em tudo que eu puder fazer, dentro das limitações das nossas atividades, você vai ter um parceiro para que a gente discuta e encaminhe esse tema pelos canais formais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Fernando.

Passo a palavra à Dra. Marisa para fazer suas considerações e aproveitar para responder também às questões que foram colocadas.

A SRA. MARISA DREYS - Foram feitas algumas perguntas. Eu localizei a primeira pergunta, que a Deputada Liliam Sá nos fez, sobre as nossas ações. Sim, nós estamos fazendo muitas ações. Inclusive, nós percebemos uma redução, nos últimos 3 anos, desses pontos vulneráveis. Como nós trabalhamos em rodovia federal, esses pontos são muito fáceis de ser visualizados. De tanto irmos a esses



pontos, alguns já até perderam a característica da vulnerabilidade, já não são mais considerados, porque já conseguimos excluir alguns indicadores.

Só para lembrar, ainda assim, tivemos este ano essas 350 crianças e adolescentes retiradas de situação de risco e vulnerabilidade, entre trabalho escravo e exploração sexual. Foram principalmente ações feitas na área da inteligência e em conjunto com outros elementos e integrantes da rede.

Falando em rede e tudo que traz, eu anotei aqui, acho que foi a Dra. Thereza Baltazar que falou sobre essa necessidade de a gente trabalhar em rede. Isso também vem ao encontro deste momento que está acontecendo aqui hoje, quando temos representantes da sociedade civil, uma pesquisadora, a Dra. Michelle, e pessoas de outros Estados, como a Dra. Christiane.

Este momento para nós da polícia é sempre muito especial. Hoje a polícia está ávida por esse contato com as pessoas. Durante muito tempo, Deputada — e a gente se lembra com muita clareza desse tempo, porque foram tempos difíceis —, a polícia não estava do lado das pessoas. Ela estava para servir aos interesses do Estado. Isso provocou um afastamento muito grande entre polícia e sociedade.

Então, Dra. Thereza, nós queremos muito esse contato. Para nós é fundamental. Facilita imensamente o nosso trabalho, e a gente pode cumprir nossa missão constitucional, que é promover os direitos humanos das pessoas. Alguém tem que ser o limitador em uma sociedade democrática de direito para dizer até onde se pode ou não se pode ir. Quem é esse limitador na prática? É a polícia! É ela quem tem que promover os direitos das pessoas.

Então, venham! Serão bem recebidos a senhora e todos os outros órgãos. Se no momento nós não enxergarmos, que venham até nós, que demandem. Nós temos agora dois contatos importantes, o *ouvidoria@dprf.gov.br* e o *direitoshumanos@dprf.gov.br*, para que as pessoas possam entrar em contato conosco. E, além disso, há a nossa ouvidoria. Todas elas são respondidas e, principalmente, auditadas. Ou seja, a polícia não tem hoje como receber uma denúncia e não dar uma resposta. Todas são auditadas. Acho que esse é um passo importante de condição de cidadania que se dá às pessoas.

Quanto ao que falou agora a Dra. Graziella, e foi bem bacana... Ela disse assim: “A gente tem de parar de fingir que não há exploração”. E eu vou complementar: tem que parar de fingir que não há exploração, que não há tráfico,



que não há recorte de classe nas pessoas que são exploradas; fingir que não há racismo; fingir que não há violência policial; fingir que não aconteçam todos os vilipêndios de direitos humanos que a gente conhece.

Eu dou aula de direitos humanos há muito tempo e sempre digo para os alunos que a gente chegou aqui não para falar de coisa bonita, é para falar de coisa feia. De coisa bonita, já falam os livros. Nós temos que fazer a prática. E, na prática, muitas vezes, tem coisas feias, não é, doutora? A gente às vezes prende as pessoas, mas, se a gente está fazendo isso, é em nome do benefício dessa sociedade.

Então, eu queria agradecer e destacar aqui que, de tanto ouvir falar em rede, acabei tendo um pensamento de dizer que se eles — os exploradores, as pessoas que trabalham em práticas criminosas, que são os criminosos — trabalham em rede, porque eles trabalham em rede... Imagina: tem que ter alguém que falsifica uma certidão, tem que ter alguém que dá um laudo meio errado, tem que ter um político por trás para dar uma ajudinha, alguém no Judiciário, um pessoalzinho na polícia, um advogado ali... E não é fácil.

Então, assim, se eles têm uma rede que trabalha em nome do dinheiro, nós também temos que ter uma rede, mas que trabalhe pelo nosso dever e principalmente por amor a todas as pessoas. Essa é a forma que temos de dizer ao público que somos, na verdade, servidores.

Encerro aqui a nossa participação, da Polícia Rodoviária Federal. Estamos à disposição de todos que queiram fazer contato conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem.

Deputado Luiz Couto, V.Exa. queria fazer suas considerações ainda?
(Pausa.)

Deputada Liliam?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Depois da nossa inspetora Marisa... Ela já falou em nome de todos. Foi um grande desabafo aqui. E é verdade, essas redes são organizadas por pessoas de todas as classes sociais. Precisa mesmo haver alguém lá na ponta para dar um *start*, não é? Como eles vão sair, como eles vão traficar as pessoas se não tiverem alguém na ponta, ajudando? Isso também passa pelas fronteiras, pelas rodovias, por todos os lugares.



Eu quero só agradecer ao Presidente desta Casa, aos Deputados desta Casa, e dizer para a Dra. Graziella que essa Casa de Passagem é algo muito difícil. Podemos até pedir ao nosso Governador, fazer um pedido ao Governador do Estado para que ele possa pegar essa bandeira e fazer essa Casa de Passagem. Como Vereadora, na cidade do Rio de Janeiro, no ano passado, eu fiz um projeto que era a Casa de Acolhida a Crianças Vítimas de Abuso e Violência Sexual, e o Prefeito me respondeu, à época, que era muito caro realmente esse investimento, que não existe uma demanda tão grande assim e que essas crianças fossem encaminhadas para a casa da mulher agredida, vítima de violência.

Então, nós precisamos intensificar esse pedido e ver se conseguimos alguma coisa. Nós precisamos dessa Casa de Acolhida para Crianças Vítimas de Abuso Sexual, Violência e Exploração, porque a menina que é explorada sexualmente não tem um lugar para que seja ressocializada. É uma menina fragilizada, psicologicamente em todos os sentidos, que precisa de tratamento, precisa ser inserida na sociedade, assim como uma criança vítima de abuso sexual, que, às vezes, tem de voltar para a casa, e o abusador está lá, e tem que enfrentar toda aquela situação de vergonha e vexame.

Então, temos muito ainda o que caminhar. Vamos ver se pedimos ao Governador, ao Vice-Governador Pezão, para que eles possam nos ajudar nesse sentido de unificar o trabalho desse Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual. A senhora falou que existem 28 instituições. Vamos fazer um abaixo-assinado com essas 28 instituições e um movimento, para que a gente venha conseguir galgar êxito.

Queremos agradecer, nos colocar à disposição e dizer que a CPI vai continuar à tarde, na Câmara de Vereadores. Haverá outra sessão com outros convidados, vamos ouvir as mães que têm seus filhos desaparecidos enigmaticamente. A gente acredita que seja para tráfico de pessoas, ou tráfico de crianças, ou para pedofilia, ou para tráfico de órgãos. Seja lá o que for, nós temos que desvendar e nós temos que dar uma resposta a essas mães, uma resposta à sociedade. Conto com vocês lá, à tarde.

E quero dizer que, segunda-feira, haverá aqui, nesta Casa, também a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A CPI estará aqui também fazendo



uma audiência. Nós vamos ficar uma semana fazendo diligências e audiências no Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

Parabenizo o Presidente desta CPI, o Vice-Presidente que aqui está, em nome também da Relatora, Flávia Morais, que não pôde estar conosco. Que Deus possa nos abençoar, e que a gente consiga resultados relevantes para amenizar o sofrimento de tantas famílias brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputada Liliam.

Eu queria, só para encerrar nossos trabalhos, dizer: primeiro, acho que foi muito produtiva a nossa audiência. Alguém já disse na Mesa, ou algumas pessoas já disseram, para mim não tem nenhuma significação o número de pessoas, nós temos consciência de que somos muito poucos ainda os que abraçam, militam e lutam nessa causa dos direitos humanos como um todo. Mas, como toda boa causa, do ponto de vista histórico, sempre começa assim. Nós não podemos ter nenhuma dúvida de que estamos construindo e fazendo história. Até porque a cultura de valoração dos direitos humanos no Brasil — e não estou falando apenas da cultura jurídica, mas a cultura jurídica só existe porque a cultura na sociedade ainda é essa —, ela é extremamente valorativa do patrimônio, dos crimes patrimoniais. O nosso ordenamento jurídico é assim.

Portanto, é muito mais fácil o Estado se mobilizar em torno desses interesses do que dos interesses da violação dos direitos do maior bem jurídico que a sociedade tem, que é a vida. Eu já vi delegado de polícia, no meu Estado, diante de uma mãe pobre, desesperada, com uma criança de 13 anos grávida do pai, pedindo justiça, e ele dizer: *“Vá para casa. Procure esse homem. Veja se ele não pode lhe dar uma cesta básica. Quem sabe ajuda na sustentação material. Isso não é problema de polícia”*. Um bacharel — o Estado representado naquele delegado — dizendo isso para uma pobre coitada que, talvez, tivesse ali o último fio de esperança para viver em paz, ou morrer em paz. Esse é o Estado brasileiro.

A recorrência, alguém disse aqui, ainda é muito pequena, do ponto de vista do registro. Nós fizemos uma CPI, no Estado do Pará — a Delegada Christiane nos ajudou e contribuiu muito com isso —, investigamos a exploração, a violência sexual contra crianças e adolescentes e, em 5 anos, chegamos a quase 100 mil casos. No



Estado do Pará, em 5 anos! E os registros não davam conta nem de 5% disso, porque é um crime praticado em silêncio, clandestino, sem testemunha, geralmente de alguém empoderado contra um ser frágil, sob todos os aspectos, não apenas o aspecto econômico. E a nossa legislação, evidentemente atribuída pelas relações de poder que isso envolve, dificilmente dá ganho de causa. Então nós estamos remando, de certa forma, contra a maré, ainda. Eu espero que, em breve, a gente possa estar numa outra correlação de forças — e eu não tenho dúvida disso. Mas nós ainda precisamos fazer muito nessa direção.

A sociedade não tem consciência da dimensão desse crime, o Estado brasileiro ainda não tem consciência disso, até porque essa tipificação penal não está... Nós aqui não temos a consciência exata disso, porque isso não está definido claramente. Eu tenho sempre dito que nós não podemos nos conformar com aquilo que está no ordenamento jurídico, porque não é nada, diante do tamanho da confusão. Não é nada! Nós só temos hoje algum registro e alguma previsão do tráfico de pessoas, do tráfico humano, para fins de exploração sexual, e olhe lá! E ainda muito mal conceituada.

O crime de abuso, de exploração de crianças e adolescentes, de pedofilia — é um termo genérico que eu não gosto muito de usar — ainda não é considerado crime hediondo. A manipulação inadequada de remédios é crime hediondo no nosso ordenamento jurídico, e uma criança de 5 anos de idade, de 6 anos de idade, de 2 anos de idade ser estuprada não é crime hediondo.

Nós vamos aprovar na terça-feira. O texto já foi acordado. Havia resistências, inclusive no Governo, mas, na reunião de anteontem, Deputada Liliam Sá, nós conseguimos — eu, a Deputada Elcione, o Ministério da Justiça e as assessorias. Parece que se fechou o texto, admitindo-se o crime hediondo e ampliando-se a pena mínima de 4 anos, do art. 244, para 5 anos, porque com a de 4 anos há toda uma facilidade processual que acaba beneficiando o criminoso. Ampliamos para 5 anos, mantendo o teto de 10 anos. Era para ir para 12 anos, mas ficou em 5 anos e 10 anos, o que já é um avanço. Eu espero que possamos aprovar por acordo, na terça-feira, quando já está previsto ir à pauta.

Mas, então, não tem consciência ainda na sociedade e no Estado porque ainda não está definido. Nós estamos ainda construindo esse conceito. A maioria do



que já está sendo praticado na sociedade não está ainda amparado, acolhido no nosso ordenamento jurídico, e esse é um dos objetivos nossos.

Nós precisamos ressignificar esses conceitos todos porque são crimes muito próximos, são crimes de violação dos direitos fundamentais da pessoa humana. Há riscos nisso, e a nossa... Do Projeto Trama, a Michelle e a Thereza, lá de São Gonçalo, falaram sobre isso. Os riscos são inevitáveis, todos esses processos envolvem interesses econômicos, políticos e sociais graves, interesses de gente muito empoderada.

Esse mercado do tráfico de pessoas movimentava 35 bilhões de dólares por ano no mundo, vitimando 3 milhões de pessoas ou mais, e o Brasil está entre os 6 países de maior consumo, ou de maior prática desse crime. Então, é muito dinheiro e muita gente empoderada por trás disso. Isso não é uma coisa que acontece ao acaso, de forma descompromissada. São redes organizadas, muito bem articuladas, e nós não temos nenhuma chance nesse enfrentamento se não for em rede. Por isso, parabéns às entidades aqui do Rio de Janeiro, parabéns à Polícia Rodoviária Federal, parabéns à Polícia Civil, parabéns ao Núcleo de Enfrentamento e do conselho dessa articulação, e isso deve ser reproduzido nos Estados.

O Governo Federal, a União tem que exercer — Deputado Luiz Couto, nós temos discutido isso — um papel de maior protagonismo na construção e na consolidação de um sistema nacional. Nós não temos um banco de dados nacional em que os Municípios, os Estados, a União e a sociedade civil possam dialogar, possam se apropriar dessas informações, no sentido de potencializar o seu enfrentamento, a sua articulação, a sua compreensão da complexidade da recorrência da escala do problema, nós não temos um cadastro nacional sequer.

O Governo Federal, a União — eu prefiro usar esse termo União, porque não é só o Governo — tem que assumir mais esse protagonismo na construção de um sistema, porque sem sistema, sem rede, nós não temos a menor chance de fazer o enfrentamento devido disso, nenhuma chance. E os riscos são inevitáveis, há uma relação de poder nesse processo de enfrentamento, né?

Há um ditado sábio, de um poeta árabe, que diz que um ser humano que durante toda a sua vida nunca encontrou um motivo, um único motivo para pô-la em risco, é um pobre coitado. Quer dizer, felizmente, a sociedade, as pessoas, as



instituições, elas têm esse encorajamento para fazer o enfrentamento, mesmo com alguns dissabores pelo caminho.

A outra questão que também é um dos objetivos da CPI — eu digo sempre: nós temos a obrigação de oferecer uma reforma legislativa, uma produção desse ordenamento jurídico que possa adequar o que está aí e criar o que não está. Então, essa é a nossa função precípua da CPI, do Legislativo, é produzir uma legislação que possa, tanto no Código Penal, no Código de Processo Penal, na Lei de Imigração, na Lei dos Estrangeiros, isso tudo é uma tarefa nossa. Mas nós não temos chance de ser exitosos nessa tarefa de legislar — e fomos eleitos para isso, eu, a Deputada Liliam, o Deputado Luiz Couto e outros membros da CPI —, se não houver a participação dos senhores e das senhoras, nenhuma chance. Quer dizer, vocês é que estão cotidianamente com a mão na massa, vocês é que estão enfrentando a cada minuto, a cada dia, a cada hora, as dificuldades de enquadrar no ordenamento jurídico os fatos. E o fato social antecede a lei, está certo?

Então, vocês devem... E é um apelo que nós fazemos aqui a todas as entidades e às pessoas, principalmente àquelas que têm formação jurídica, ou que podem recorrer. Esse diálogo nós estamos fazendo com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, com a Ministra Maria do Rosário, com o Ministério das Relações Exteriores, com a Secretaria de Justiça, com a Polícia Federal, com a Ordem dos Advogados do Brasil, mas também, nessas audiências públicas, garimpando informações e sugestões da sociedade civil e das instituições para que nos remetam sugestões de reformulação da legislação.

Legislar não é uma tarefa apenas do Legislativo, legislar é uma tarefa de todo mundo, ainda que você não possa ter o domínio da técnica ou da linguagem legislativa, mas você pode traduzir o que deu problema. O delegado da Polícia Federal diz assim: *“Nós chegamos ao aeroporto, monitoramos, fizemos escuta telefônica, todos estavam lá, o aliciador, a vítima, mas nós não pudemos fazer nada, enquanto não se consumasse o ato que tipificasse o crime. Nós estávamos amarrados, porque não há aliciamento, não está previsto, não há nada disso etc. e tal”*.

Então, isso tem que estar na lei, de alguma forma. Então é essa sugestão, nós estamos aqui incitando todos a contribuir. Por favor, nos remetam, nos remetam essas contribuições: *“Olha, nós achamos que tem que ter no Código uma previsão*



assim e assim e assim.” Lá a gente dá o jeito de botar ou de tentar enquadrar, até porque esta CPI, antes de formalizar isso, vai fazer um seminário nacional para tentar consolidar, e só assim nós temos chance de aprovar. Se isso for pactuado a dez mãos, a vinte mãos, a trinta mãos, e a gente pode chegar a um consenso em torno do que propor na legislação. O CNJ está nos ajudando também em relação a isso.

Então esse eixo da produção legislativa, o eixo do aparelhamento do Estado, que já foi aqui dito, nós não temos Casa de Passagem, nós não temos nada, absolutamente nada. Então nós precisamos criar isso. As polícias precisam dialogar mais, a Polícia Federal com a Polícia Civil dos Estados, com a Polícia Militar. Às vezes, essas polícias se encontram na investigação de um caso, dão de cabeça, cabeça com cabeça, sem saber que estão atuando juntas. Nós temos exemplos diversos disso, porque não há diálogo, há problemas, ciúmeiras, vaidades, mil coisas. Então é preciso superar isso em favor da eficácia, que já é pequena, e se a gente estiver trabalhando assim, mais difícil ficará qualquer tipo de eficiência e de eficácia nesse tipo de coisa.

E desses três eixos do aparelhamento do Estado, principalmente para atender às vítimas, o da produção legislativa é o terceiro aspecto que eu considero mais importante. E é isso o que nós estamos fazendo aqui, debatendo com a sociedade, discutindo, dizendo que este crime é muito mais recorrente, é muito mais complexo, é muito mais próximo do cidadão do que o cidadão imagina.

As pessoas acham que sempre, quando isso acontece, acontece com os outros. Isso que a novela está produzindo é evidente que tem um olhar de ficção, mas é fato real. Eu queria aqui mais uma vez — já fiz isso em todo lugar aonde gente vai, mas não poderia deixar de fazer aqui no Rio de Janeiro — homenagear a Glória Perez, que é autora e que, recorrentemente, introduz temas de interesse da sociedade na sua produção artística e intelectual. Eu queria aqui, de público, parabenizar essa fantástica escritora que está proporcionando à sociedade brasileira a consciência daquilo que era privilégio de alguns estudiosos, de algumas pessoas que militam nessa área, e hoje a sociedade, conhecendo o problema, pode evidentemente se prevenir contra ele. Ninguém ama o desconhecido, ninguém vai ter consciência para lutar por aquilo que não sabe, de que não tem conhecimento, que não tem consciência da sua existência.



Esses casos, na maioria, são invisíveis, por conta das mídias sociais, da Internet. Aquilo que a gente flagrava na sociedade, à luz do sol, hoje só tem chance de flagrar se for pela via eletrônica. O que o delegado colocou aqui é real, esses crimes saíram das ruas, das praças, dos locais físicos e passaram a frequentar os telefones, os computadores, as redes sociais, e nós precisamos, o Estado precisa estar aparelhado para também sair um pouco, não sair das ruas, mas, ao mesmo tempo, mergulhar nesse mundo da *net*, para poder fazer esse enfrentamento de que nós tanto precisamos e também o combate à corrupção. Às vezes, a gente não fala nisso, mas esses crimes envolvem um problema de...

Imaginem, a gente fazendo paralelo com o crime patrimonial, quem são as vítimas do crime patrimonial? Quem tem patrimônio. Quem são as vítimas do crime contra os direitos humanos? São pessoas que não têm nada, além da vida, da sua dignidade, da sua condição de ser humano. Então, é muito fácil entender como é que essa lógica funciona. É muito mais fácil uma sociedade ainda movida pela corrupção. E, quando falo da corrupção não é só na polícia, é corrupção na polícia, no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público, cada um com graus diferenciados, mas existe, e nós precisamos ter coragem de dizer.

Essa rede de adoção ilegal de bebês, de Monte Santo, segundo o que o Roberto Cappio disse na CPI, tem Deputado Estadual envolvido, Desembargador, Deputado Federal, polícia, todo mundo envolvido numa grande rede na Bahia, envolvendo dinheiro, vantagens, viagens para o exterior, pagamento de excursões, por conta desses interesses.

Então, é preciso que a gente também fique atento, e, que, na nossa previsão legislativa, a gente possa discutir não apenas a pena, mas possa discutir também o ressarcimento pecuniário, na previsão da correção ou da pena, da punição desses crimes, a previsão pecuniária.

Então eu queria, com isso, finalizar, agradecendo a presença de todos, dizendo que nós — e acho que falo aqui pela Deputada Liliam e pelo Deputado Luiz Couto — saímos extremamente satisfeitos desta audiência pública, enriquecidos e, mais do que tudo isso, fortalecidos, nessa luta de enfrentar o tráfico de pessoas que é o crime praticado, talvez o mais hediondo de todos, nas suas múltiplas versões, porque atenta contra aquilo que é o mais importante na sociedade, que é a vida das pessoas.



Muito obrigado, um bom-dia a todos, um bom final de semana. Ainda temos aí para ouvir uma pessoa ou duas, e nós estamos à disposição. Depois, seria bom trocar aí... O Manoel, o Marcos... Agradeço a presença de todos os servidores aqui da Assembleia Legislativa que estão até uma hora dessas, numa sexta-feira, discutindo direitos humanos e violação desses direitos. Agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes aqui, aos que estão nos acompanhando pela Internet também. Agradeço a audiência de vocês e desejo um bom-dia e sucesso a todos.

Obrigado.